

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

JUSTIÇA CÉLERE DIREITO DO CIDADÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO
2016/2017

Expediente

Assessoria de Comunicação Social do TJPE (Ascom)

Assessor de comunicação

Francisco Shimada

Assistente técnico

João Guilherme Peixoto

Relatório

Redação

Ivone Veloso

Edição de textos

Francisco Shimada

Planejamento

Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan)

Luís Eduardo Câmara

Lívia Mota

Ascom

João Guilherme Peixoto

Ivone Veloso

Projeto gráfico e diagramação

Helder Carapeba

Capa

Fernando Gonçalves

Fotógrafos

Assis Lima

Ane Sena

Anderson Freitas

Alesson Freitas

Gleber Nova

Jean Oliveira

Marcel Lima

Bibliotecária/Arquivista

Geni Dantas

Administrativo

Gleane Gonçalves

Manoel Olímpio

Equipe da Ascom

Amanda Machado

Andréa Neves

Antônio Santos

Bruno Brito

Carla Valéria Ramos

David de Oliveira

Diocleide Otéro

Felipe Ribeiro

Fernando Gonçalves

Francisco Shimada

Gleane Gonçalves

Helder Carapeba

Ivone Veloso

Izabela Raposo

João Guilherme Peixoto

Luciano Costa

Manoel Olímpio

Marcos Costa

Mariana Pellizzi

Marília Ferreira

Micarla Xavier

Mônica Alcântara

Priscilla Brustein

Priscilla Marques

Zózimo Ferreira

Tiragem

200 exemplares

Impressão

Gráfica Liceu

Site do Tribunal

www.tjpe.jus.br

Tribunal Pleno

Composição por critério de antiguidade

Jones Figueirêdo Alves
José Fernandes de Lemos
Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
Joaldo Nunes Gomes
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Eduardo Augusto Paurá Peres
Leopoldo de Arruda Raposo - Presidente
Marco Antônio Cabral Maggi
Adalberto de Oliveira Melo - 1º Vice-Presidente
Fernando Cerqueira Noberto dos Santos
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Alberto Nogueira Virgínio
Antônio Fernando Araújo Martins - 2º Vice-Presidente
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Antônio de Melo e Lima - Corregedor Geral da Justiça
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Antenor Cardoso Soares Júnior
José Carlos Patriota Malta
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Eurico de Barros Correia Filho
Mauro Alencar de Barros
Fausto Castro Campos
Francisco Manoel Tenório dos Santos - Ouvidor
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Antônio Carlos Alves da Silva
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

José Ivo de Paula Guimarães
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho
Itabira de Brito Filho
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Roberto da Silva Maia
Jorge Américo Pereira de Lira
Erik de Sousa Dantas Simões
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
André Oliveira da Silva Guimarães
Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Itamar Pereira da Silva Júnior
Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Eudes dos Prazeres França
Carlos Frederico Gonçalves Moraes
Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Márcio Fernando de Aguiar Silva
Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
José Viana Ulisses Filho
Sílvio Neves Baptista Filho
Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Évio Marques da Silva

Roberto Ferreira Lins (*in memoriam*)
Odilon de Oliveira Neto (*in memoriam*)

Equipe Administrativa

Presidência

Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo

1ª Vice-Presidência

Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

2ª Vice-Presidência

Desembargador Antônio Fernando Araújo
Martins

Corregedoria Geral da Justiça

Desembargador Antônio de Melo e Lima

Assessoria da Presidência

Juiz José Alberto de Barros Freitas Filho
Juiz João José Rocha Targino
Juiz Isaías Andrade Lins Neto
Juiz Ailton Alfredo de Souza

Diretoria do Centro de Estudos Judiciários

Desembargador Jones Figueirêdo Alves

Ouvidoria do Judiciário

Desembargador Francisco Manoel Tenório
dos Santos

Coordenadoria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Coordenadoria Geral da Infância e Juventude

Desembargador Luiz Carlos de Barros
Figueiredo

Coordenadoria Estadual da Mulher

em Situação de Violência Doméstica

Desembargadora Daisy Maria de Andrade
Costa Pereira

Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico

Desembargador Sílvio Neves Baptista Filho

Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais

Juíza Ana Luíza Wanderley de Mesquita
Saraiva Câmara

Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamentos de Precatório

Juiz Isaías Andrade Lins Neto

Diretor do Foro do Recife

Juiz Airton Mozart Valadares Vieira Pires

Diretoria Geral

Ricardo Lins

Secretaria Judiciária

Carlos Gonçalves da Silva

Diretoria Cível

Lúcia Helena Araruna Pedroso

Diretoria Criminal

Fabiola Brito Marinho Falcão Barbosa

Diretoria de Documentação Judiciária

Maria José Alves

Secretaria de Gestão de Pessoas

Marcel Lima

Diretoria de Gestão Funcional

Solange de Castro Sales da Cunha

Diretoria de Desenvolvimento Humano

Valéria Temporal

Diretoria de Saúde

Dalva Maria Albuquerque Pascoal

Secretaria de Administração

Clarissa Amaral

Comissão Permanente de Licitação/Obras e Serviços de Engenharia

Maria José Marinho Batista

Diretoria Financeira

Francisco José Freitas Abreu Santos

Diretoria de Contabilidade

Carleide Maria Bezerra

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Antônio José Hirschle

Diretoria de Infraestrutura

Hênio Siqueira Santos

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Juliana Neiva de Gouveia Ribeiro

Diretoria de Sistemas

Raphael José Castro

Diretoria de Operações de TIC

Felipe Simão Henriques de Araújo

Diretoria de Atendimento ao Usuário de TIC

Arthur Vasconcelos Lins

Coordenadoria de Planejamento Gestão Estratégica e Orçamento

Luís Eduardo Saraiva Câmara

Assessor de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

Lívia Leite Mota

Assessor de Orçamento e Finanças

Frederico Alberto Leite Schondorfer

Consultoria Jurídica

Oscar Edson Gomes de Barros

Controladoria

Wladimir Alves Gomes

Assessoria de Cerimonial

Silas da Costa e Silva

Assessoria de Comunicação Social

Francisco Danilo Soares dos Santos Shimada

Assistência Policial Militar e Civil

Valfrido Tomaz Curvêlo Júnior

Estrutura Judiciária



1ª Entrância ■
Comarcas: 108
Varas: 110

2ª Entrância ■
Comarcas: 41
Varas: 197
Juizados: 25
Centrais: 12

3ª Entrância ■
Uma Comarca (Capital)
Varas: 142
Juizados: 33
Centrais: 4



O Tribunal de Justiça de Pernambuco é composto por 150 comarcas instaladas, nas quais estão distribuídas 523 unidades judiciárias, além das unidades da área administrativa. São 52 desembargadores, 540 juízes, 6.452 servidores efetivos e 514 comissionados. Do total de comissionados, 251 são servidores efetivos.

Apresentação

No presente relatório, serão apresentados os resultados da gestão do desembargador Leopoldo de Arruda Raposo no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), correspondente ao biênio 2016/2017. Os projetos, os serviços e as ações instituídos e implementados tiveram como principais objetivos: garantir o acesso efetivo da população ao Judiciário; institucionalizar a governança e modernização judiciária; reduzir o tempo de solução dos processos; fomentar a desjudicialização, conferindo atenção prioritária a segmentos da sociedade; garantir a confiabilidade, integridade e disponibilidade dos serviços de TIC; valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e magistrados; otimizar a qualidade do gasto público e fomentar práticas sustentáveis; agilizar a tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida e priorizar a Infância e Juventude; e impulsionar as execuções fiscais.

A aproximação da população da Justiça estadual pernambucana foi possível a partir da promoção de diversos projetos sociais, da implantação de serviços que levaram o Judiciário a comunidades e municípios mais distantes e carentes e às escolas, da abertura das portas do Tribunal aos cidadãos, do desenvolvimento de eventos culturais voltados a participação de todos e do compromisso em ouvir o cidadão nas suas demandas.

Com essa proposta, o Tribunal inaugurou três Casas de Justiça e Cidadania: uma no bairro do Bongü, no Recife; outra na cidade de Toritama; e uma no Arquipélago de Fernando de Noronha. As unidades têm os objetivos de promover ações destinadas à efetiva participação do cidadão e da comunidade na solução de problemas e possibilitar a aproximação com o Poder Judiciário. Também são locais onde se buscam alternativas para a



emancipação das pessoas através da conscientização sobre direitos e se promove a justiça cidadã por meio da pacificação social. Inaugurou ainda uma unidade do Programa de Tratamento de Consumidores Superendividados (Proendividados) na comarca de Caruaru com o objetivo de resolver de forma amigável situações de conflitos que envolvam superendividamento no município.

Expandiu a conciliação inaugurando duas câmaras de conciliação nos Centros Comunitários da Paz (Compaz), no Alto Santa Terezinha e no bairro do Cordeiro, no Recife, e também o ônibus do Justiça Itinerante, uma unidade móvel que tem capacidade de realizar até cinco sessões de conciliação simultaneamente e atende moradores de diversas comarcas pernambucanas. E numa ação pioneira levou a conciliação às paró-



quias do Estado com a implantação do Programa Justiça Cidadã realizado através de um convênio do Judiciário com a Arquidiocese de Olinda e Recife. O investimento na pacificação social por meio da prática da conciliação resultou em mais de 17 mil acordos homologados no Estado.

A gestão investiu ainda na capacitação de jovens da comunidade do bairro do Coque por meio da implantação do Programa Justiça Libertadora. Através da iniciativa, 165 jovens de três escolas públicas do Coque tiveram aulas gratuitas de inglês e informática, em salas instaladas no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. A formação dos jovens também foi o objetivo com o lançamento do programa TJPE vai à Escola, que levou a história e o papel social do Tribunal para as escolas do Estado.

A população também teve acesso à história do TJPE por meio do programa Portas Abertas. A proposta da ação foi levar a sociedade para dentro do Palácio da Justiça, contando a história do Judiciário e estabelecendo o debate sobre temas relacionados aos direitos fundamentais do cidadão estabelecidos na Constituição Federal. Durante a visita, as pessoas participavam de uma palestra proferida pelo presidente do Tribunal, desembargador Leopoldo Raposo, denominada Fale com o Presidente, que abordava a cidadania.

O destaque desta gestão envolveu ainda a área de construções e reformas, promovendo a modernização da estrutura do Judiciário estadual. A Presidência de Leopoldo Raposo promoveu 51 grandes obras. As comarcas de Agrestina, Custódia, Goiana, Glória do Goitá, Tabira,

Tracunhaém, Santa Maria da Boa Vista e Taquaritinga do Norte ganharam novos fóruns. Somando-se a disponibilização de espaço nos oito fóruns, têm-se 21 novas Varas Judiciais e oito Tribunais do Júri. O Tribunal também iniciou a construção dos fóruns de Bezerros, Bonito, Canhotinho, Itamaracá e Limoeiro. No total, foram 57 mil metros quadrados de área construída ou reformada. As obras realizadas em cada comarca movimentaram a economia local, empregando 1.052 pessoas nas construções de fóruns, e 163 nas reformas das estruturas dos prédios, totalizando 1.215 pessoas beneficiadas.

A inauguração da Central de Audiências da Capital com 17 salas para atendimento, no Fórum do Recife, e o desenvolvimento de um processo de humanização da infraestrutura, facilitando o acesso às unidades, iniciado nas Varas Cíveis da Capital, também foram marcos desse processo. O TJPE implantou ainda novas Diretorias Cíveis em Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru; e a Diretoria de Família da Capital. Além disso, foram inaugurados dois Datacenters, um no Recife e outro em Camaragibe.

O TJPE foi destaque também no julgamento de júris. A atuação de magistrados e servidores do Tribunal no Mês Nacional do Júri, em novembro de 2016, foi ressaltada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com a instituição, o TJPE foi o órgão judiciário que mais realizou júris em todo o Brasil. No total, foram julgados 558 processos relativos a crimes dolosos contra a vida em 133 unidades judiciais. Em 2017, o Tribunal realizou, durante todo o ano, 2.319 tribunais do júri. O montante supera os julgamentos ocorridos nos últimos anos: 2.075, em 2016; e 2.014, em 2015, com um aumento de 15% em dois anos.

Foi nesta gestão que o TJPE concluiu a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as unidades judiciárias cíveis do Estado, tota-

lizando 415 órgãos julgadores nos 1º e 2º Graus de Jurisdição com o sistema PJe, em todas as Comarcas do Poder Judiciário pernambucano. A implantação abrange os processos de competência cível, da fazenda pública, de família e registro civil, acidentes de trabalho, sucessões e registros públicos, execuções extrajudiciais, executivos fiscais, cartas de ordem, cartas precatórias e rogatórias.

Na expansão da implantação do PJe no Estado, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) teve um papel fundamental. A Secretaria passou por um processo de modernização na gestão, implantando diversas melhorias na Infraestrutura de Tecnologia da Informação. Como resultado de todo trabalho, a Setic se classificou por duas vezes em primeiro lugar entre os tribunais de médio porte no país em estudos realizados pelo CNJ, que avaliou o progresso tecnológico da Justiça brasileira, nos anos de 2016 e 2017.

Em reconhecimento ao trabalho como Tribunal que investe na excelência de produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, o TJPE recebeu do CNJ, em 2016 e 2017, o Selo Justiça em Números Categoria Ouro. O Selo Justiça em Números é conferido aos tribunais desde 2013, com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números.

O relatório do Justiça em Números aponta que o TJPE conquistou melhorias em quase todos os índices de produtividade com impacto direto nos serviços prestados à população. Em um ano, o TJPE alcançou a vice-liderança entre os dez tribunais de médio porte no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que era de 106,6% e passou para 125%. Ainda nesse quesito, consideradas todas as 27 Cortes estaduais, o TJPE está em 3º lugar. O detalhamento dessas e de outras ações passa a ser realizado a partir deste ponto.

Sumário

| | |
|--|----|
| Palavra do presidente..... | 13 |
| 1ª Vice-Presidência alcança 100% de produtividade..... | 14 |
| 2ª Vice-Presidência do TJPE também é destaque nesta gestão..... | 15 |
| Mapa estratégico..... | 16 |
| Garantir o acesso efetivo ao Judiciário..... | 18 |
| Institucionalizar a governança e modernização judiciária..... | 29 |
| Reduzir o tempo de solução dos processos..... | 37 |
| Disseminar o processo eletrônico..... | 49 |
| Fomentar a desjudicialização e a atenção prioritária a segmentos da sociedade.... | 52 |
| Garantir a confiabilidade, integralidade e disponibilidade dos serviços de TIC..... | 59 |
| Valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e magistrados..... | 63 |
| Otimizar a qualidade do gasto público e fomentar práticas sustentáveis..... | 67 |
| Agilizar a tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida e priorizar Infância e Juventude..... | 74 |
| Impulsionar as Execuções Fiscais..... | 80 |



Palavra do presidente

A história do Poder Judiciário de Pernambuco vem sendo construída há quase dois séculos. Diante de nosso objetivo atual de aproximar Justiça e população, só é possível alcançar essa meta graças à dedicação diária de desembargadores, juízes, servidores, prestadores de serviço, estagiários, voluntários e uma série de parceiros. O desejo pela promoção da paz social e pela manutenção do Estado Democrático de Direito é o que nos motiva a seguir em frente, na busca de possibilitar, por meio de nossas atividades, condições dignas ao bem-estar da população.

Há 195 anos, em 13 de agosto de 1822, foi instalado o Tribunal da Relação da Província de Pernambuco. Com bases sólidas, temos a responsabilidade de honrar a contribuição de nossos antecessores e, ainda mais, trabalhar por uma reinvenção do Judiciário. Por isso, na defesa de uma atitude dinâmica, progressista e reformadora, temos de afirmar, perante os cidadãos, nosso compromisso de colaborar com as transformações sociais. A missão institucional atribuída ao Judiciário é a de assumir um papel preponderante no enfrentamento a questões de desigualdade.

Cada operador do Direito pode contribuir para a pacificação da sociedade em busca de condições, oportunidades e serviços para todos. A população clama por uma Justiça cidadã, por uma Justiça social. Promover justiça significa possibilitar oportunidades a todos. Como bem tenho dito em outras ocasiões, nós não temos apenas a função de julgar ações entre João e Maria. O Judiciário também tem a função de pacificar a sociedade, e isso significa promover justiça. Conscientizar as pessoas sobre os seus direitos de cidadania é uma de nossas funções.

Quando nós conhecemos os nossos direitos, podemos lutar por eles. Não através da

autotutela, no campo da força física, mas sim pelo poder da persuasão, do conhecimento e da argumentação. Mudando a realidade para melhor, teremos uma nova sociedade. A promoção do acesso à Justiça representa permitir que cada cidadão tenha os seus direitos garantidos. Como integrantes de um Poder Público, não podemos permitir que nossos semelhantes permaneçam excluídos dos benefícios sociais. Esse é o ideal que tem motivado a atual gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

No âmbito da prestação de serviços, buscamos uma administração pautada na responsabilidade, na priorização do Primeiro Grau e na política de valorização de magistrados e servidores, como recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça. Reconhecemos os desafios enfrentados, mas isso não nos impede de enaltecer o trabalho desenvolvido pelos mais de 7,3 mil membros do Judiciário estadual, incluindo magistrados e servidores.

O Tribunal tem iniciativas reconhecidas nos campos de resolução de conflitos, enfrentamento à violência contra a mulher, Infância e Juventude, execução de penas e julgamentos, por exemplo. Melhoramos nossos índices de atendimento e produtividade, como divulgado em recente relatório Justiça em Números do CNJ, e isso é muito gratificante.

Justiça célere é um direito do cidadão e esse objetivo só pode ser alcançado se estivermos unidos em prol da sociedade, prestando um serviço eficiente e eficaz. Juntos construiremos uma realidade mais justa e solidária para todos! Juntos construiremos essa realidade. Unidos, seremos capazes de cumprir os papéis social e jurídico da atividade que foi aceita por cada um de nós.

Meu profundo agradecimento a todos!



1ª Vice-Presidência alcança 100% de produtividade

A 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), coordenada pelo desembargador Adalberto de Oliveira Melo e pelo juiz auxiliar Sílvio Romero Beltrão, zerou o número de processos físicos do gabinete nesta gestão, alcançando 100 % de produtividade. No total, foram recebidos, apreciados e julgados 12.067 recursos extraordinários e recursos especiais de natureza cível e penal. O recurso extraordinário é apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas a 1ª Vice-Presidência do TJPE tem competência para processá-los e realizar o juízo de admissibilidade.

No ano de 2016, foram julgados 5.946 processos, sendo 2.353 cíveis, 899 penais e 1.678 agravos em recurso especial e extraordinário. A matéria mais apreciada nos processos cíveis en-

volve as ações do Sistema Financeiro de Habitação, calculada em 1.016 processos, em face da alegação de conflito de competência entre a Justiça Estadual e a Justiça Federal. Em 2017, foram julgados 6.121 processos, sendo 2.668 cíveis, 855 penais e 1.312 agravos em recurso especial e extraordinário. Em relação ao Sistema Financeiro de Habitação foram contabilizadas 1.286 ações. A matéria mais analisada nos processos criminais envolveu a dosimetria da pena, em face das causas de aumento e diminuição da pena aplicada em concreto.

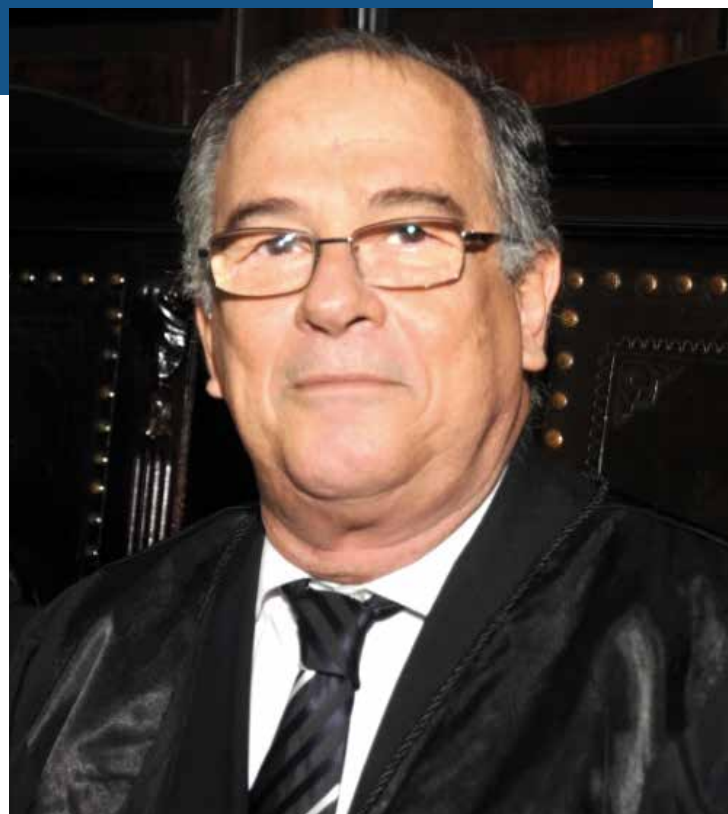
O resultado conquistado no gabinete é fruto do empenho de uma equipe de trabalho coordenada diretamente pelo juiz Sílvio Romero Beltrão, e do compromisso de estar rigorosamente em dia com a legislação e a jurisprudência. No total, o gabinete possui 29 integrantes entre assessores, servidores e prestadores de serviço. A equipe cumpriu as metas semestrais instituídas pelo desembargador Adalberto de Oliveira a fim de garantir a plena produtividade do gabinete e satisfazer o interesse da população.

2ª Vice-Presidência do TJPE também é destaque nesta gestão

A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, coordenada pelo desembargador Antônio Fernando Araújo Martins e pela juíza assessora Virgínia Gondim, recebeu na gestão do desembargador Leopoldo Raposo, 10.473 processos físicos, julgando 10.457 feitos, com produtividade de 99,8%. O número de processos julgados corresponde à quase integralidade do acervo do gabinete no período. Em 2016, a 2ª Vice-Presidência recebeu e julgou 5.235 recursos, alcançando a produtividade de 100%. No ano de 2017, foram recebidos pela unidade 5.238 processos físicos e julgados 5.222, com produtividade de 99,70%.

É competência da 2ª Vice-Presidência despachar, no exercício do juízo de admissibilidade, recursos destinados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, interpostos em processos julgados pelo Órgão Especial, pela Seção de Direito Público e pelas Câmaras de Direito Público e, nas causas da Fazenda Pública, por Turma de Câmara Regional. Também é responsável por processar o respectivo agravo quando o recurso tiver sido inadmitido, além de aplicar a sistemática dos recursos múltiplos, em sede de juízo de conformidade, com posterior reitoria dos eventuais agravos internos manejados.

Igualmente se insere na esfera de atribuição do 2º vice-presidente a organização e supervisão do Cartório de Recursos para Tribunais Superiores (Cartris) que é responsável pela tramitação dos expedientes de natureza judiciária entre as Vice-Presidências do TJPE e os Tribunais Superiores – e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) – unidade permanente



do TJPE responsável por manter, disponibilizar e alimentar o banco de dados com informações atualizadas sobre os processos sobrestados no Estado, identificando o acervo a partir do tema de repercussão geral, de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas.

A equipe da 2ª Vice-Presidência é composta por 11 servidores lotados na própria unidade e oito servidores do Gabinete jurisdicional do desembargador Antônio Fernando Araújo Martins.

O destaque da 2ª Vice-Presidência também veio com o julgamento do primeiro recurso especial em Processo Judicial eletrônico, na seara de direito público, que teve o juízo de admissibilidade prelibatório realizado pelo desembargador Antônio Fernando Araújo Martins no final do mês de novembro de 2017.

Mapa estratégico

Miss

Fazer justiça, de forma célere,
estadual, contribuindo pa

Visa

Em 2022, ser reconhe
como uma Justiça

Garantir o
efetivo à

Socie

Reduzir o tempo
de solução
dos processos

Disseminar o
processo eletrônico

Fomentar a
desjudicialização

Otimizar a gestão
das demandas
repetitivas e dos
grandes litigantes

Processos

Garantir a confiabilidade,
integralidade e
disponibilidade
dos serviços de TIC

Incrementar a
arrecadação de
receitas próprias

Otimizar a qualidade
do gasto público
e fomentar
práticas sustentáveis

Institucionar
a govern
e modern
judiciá

Recursos



PODE
DE PE

ção

acessível e efetiva, no âmbito
para a pacificação social.

ção

ecido pela sociedade
a célere e efetiva.

cesso
Justiça

idade

Impulsionar as
execuções fiscais

Fomentar a cooperação
com os entes
envolvidos na
realização da justiça

Priorizar a gestão dos
processos de corrupção
e improbidade
administrativa

Agilizar a tramitação dos
processos de crimes
dolosos contra a vida,
entorpecentes
e infância e juventude

s Internos

nalizar
mança
ização
ria

Otimizar as rotinas
cartorárias e
administrativas
e a distribuição da
força de trabalho

Alinhar a estrutura
organizacional à gestão
por competências

Valorizar e melhorar
a qualidade de vida
dos servidores e
magistrados

Aprendizado e
Crescimento



**Garantir o acesso efetivo ao
Judiciário**

Priorizar o desenvolvimento de uma Justiça voltada para a promoção da cidadania, atuando além do papel tradicional de julgar conflitos entre as partes. Essa foi a principal marca da gestão do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo Raposo, cujo mandato à frente do Judiciário estadual correspondeu ao biênio 2016/2017. O investimento na ampliação da missão institucional do Judiciário, assumindo uma postura proativa no enfrentamento às desigualdades sociais e na conscientização sobre os direitos de cada cidadão foi realizado por meio da criação e implementação de diversos serviços e ações. O objetivo era principalmente garantir à sociedade o acesso efetivo à Justiça.

Nas comunidades, a aproximação do Judiciário da população ocorreu, dentre outras formas, por meio da implantação de mais três Casas de Justiça e Cidadania no Estado, uma no bairro do Bongi, no Recife, em fevereiro de 2016, outra na comarca de Toritama, em dezembro de 2017, no Agreste, e uma no Arquipélago de Fernando de Noronha, em janeiro de 2018. O Tribunal possui agora cinco Casas de Justiça e Cidadania,



Moradoras do bairro do Bongi participaram da inauguração da Casa de Justiça e Cidadania

sendo a pioneira localizada no bairro do Coque, no Recife; e uma na cidade de Olinda, no Carmo. As unidades promovem atividades destinadas à efetiva participação da comunidade e do cidadão na resolução de problemas e possibilitam a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, especialmente a mais carente. Também são locais onde se buscam alternativas para a emancipação das pessoas através da conscientização sobre direitos e se promove a justiça cidadã por meio da pacificação social. No total, durante a atual gestão, 11.015 pessoas foram beneficiadas nas Casas de Justiça e Cidadania.

No total, cerca de 11 mil pessoas foram beneficiadas neste biênio nas Casas de Justiça e Cidadania



Núcleo Assistencial na Casa de Justiça da Comarca de Toritama

Para ampliar o atendimento dos cidadãos que buscam o acompanhamento e a resolução amigável de conflitos que envolvam situação de superendividamento, independente do limite de valor de suas dívidas, o TJPE inaugurou mais uma unidade do Programa de Tratamento de Consumidores Superendividados (Proendividados) no Estado, em agosto de 2016, na comarca de Caruaru. O serviço, instituído pelo Ato nº 75 de 11



Nas unidades do Proendividados, o cidadão é orientado a como saldar suas dívidas da melhor forma

de fevereiro de 2011, funciona também na capital pernambucana, no Fórum Thomaz de Aquino. Nas unidades, os cidadãos são encaminhados para uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogo, economista especialista em planejamento financeiro, e advogado tributarista que ensinam a melhor forma de saldar suas dívidas e como se organizar financeiramente para não passar novamente pelo processo de endividamento. De acordo com as estatísticas do Proendividados, de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017, o programa atendeu a 10 mil pessoas.

A expansão da prática da conciliação, para que mais cidadãos pudessem resolver seus conflitos de forma amigável, foi realizada também por meio da inauguração de duas câmaras de conciliação nas unidades do Centro Comunitário da Paz (Compaz), instalados pela Prefeitura do Recife, no Alto Santa Terezinha, e no bairro do Cordeiro. Nas câmaras, o cidadão pode resolver conflitos sem a necessidade da abertura de processo na Justiça. O serviço atua em demandas que

O Proendividados atendeu a 10 mil pessoas

se possam conciliar, passíveis de transação, como questões relacionadas a direito de Família e Patrimonial. As Câmaras de Conciliação e Mediação no Compaz Governador Eduardo Campos, no Alto Santa Terezinha e a Câmara de Conciliação e Mediação do Compaz Escritor Ariano Suassuna, no bairro do Cordeiro, foram inauguradas em janeiro e julho de 2017, respectivamente.

A conciliação também pôde ser levada para mais municípios e comunidades por meio da inauguração do ônibus do Justiça Itinerante. A unidade móvel, que tem capacidade para realizar até cinco sessões de conciliação simultaneamente, é adaptada para pessoas com dificuldade de locomoção e atende moradores de diversas comarcas do Estado. O ônibus foi inaugurado no dia 30 de outubro de 2017, durante a realização da Jornada Conciliatória na comarca de São Lourenço da Mata. No local, foram realizadas 35 audiências e 16 acordos, obtendo-se 46% de conciliação. Em 13 e 14 de dezembro, foi a vez da comarca de



O presidente Leopoldo Raposo durante a implantação da Câmara de Conciliação no Compaz Governador Eduardo Campos, no Alto Santa Terezinha



O ônibus do programa Justiça Itinerante tem capacidade para realizar até cinco sessões de conciliação simultaneamente

Ipojuca receber a unidade que promoveu 40 audiências, 23 acordos, alcançando 58% de conciliação. No dia 18 de dezembro, a jornada ocorreu na comunidade de Ilha do Joaneiro, promovendo 19 audiências e 17 acordos, o que correspondeu a 89% de conciliação. E no mês de janeiro, o Alto Santa Isabel recebeu a unidade, que realizou 10 audiências e promoveu nove acordos, alcançando assim 90% de conciliação.

Numa iniciativa pioneira, o TJPE levou, ainda, a conciliação às paróquias do Estado, com a implantação do Programa Justiça Cidadã desenvolvido por meio de um convênio do órgão judiciário com a Arquidiocese de Olinda e Recife. Na prática, a proposta foi ampliar a presença



Moradores dos bairros da Ilha do Joaneiro e do Alto Santa Isabel participaram do Justiça Itinerante

das Câmaras de Conciliação e Mediação nas comunidades. Para atuar nas Câmaras de Conciliação, foram capacitados como conciliadores 30 pessoas das paróquias, entre sacerdotes e leigos, pela Escola Judicial do TJPE (Esmape). A ideia é que a intermediação dos conflitos seja intensificada ao ser realizada por pessoas próximas da população do bairro, que conheça a realidade dos moradores locais.

A concretização de parcerias com entidades sem fins lucrativos permitiu ao Judiciário estadual auxiliar de uma outra forma às comunidades carentes, sendo dessa vez com a doação de produtos. Foi o que aconteceu a partir do convênio firmado com a Comunidade Obra de Maria, com sede

no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife. O TJPE assinou o acordo, no dia 17 de maio de 2017, de autorização de transferência de propriedade e posse de itens não mais utilizados pelos colaboradores do Tribunal. A instituição recebeu móveis como armários e cadeiras, além de utensílios de escritório; e equipamentos de informática que ficaram obsoletos para uso do TJPE. Os objetos eletrônicos quebrados e os móveis com avarias, que necessitam de reparos, serão utilizados



O presidente Leopoldo Raposo com o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido, durante o convênio firmado para a promoção do Programa Justiça Cidadã



Além de serem capacitados em disciplinas como inglês e informática, os jovens são orientados sobre direitos de cidadania e como promover mudanças sociais

em trabalhos de profissionalização de jovens em vulnerabilidade social e dependência química.

Jovens da comunidade do Coque foram capacitados também por meio de uma parceria. O convênio foi firmado, em 20 de julho de 2017, entre o TJPE e o Serviço Social de Indústria (Sesi), com apoio da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), para a criação do Programa Justiça Libertadora. Com a iniciativa, 165 jovens de três escolas públicas do bairro passaram a ter aulas de inglês e informática, gratuitamente, em salas instaladas no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na capital, em setembro de 2017. A iniciativa é direcionada a desenvolver o caráter de formação cidadã dos jovens para que através do conhecimento possam ser protagonistas de mudanças sociais.

O 1º Módulo do programa Justiça Libertadora foi encerrado no dia 18 de dezembro de 2017 com a entrega dos certificados de conclusão de curso. O programa terá o seu 2º Módulo em 2018, continuando a atender alunos de escolas públicas da comunidade do Coque. A duração dos cursos de inglês e informática será estendida de três para seis meses por motivo de adequação didática. Os

Por meio do Programa Justiça Libertadora, 165 jovens de três escolas públicas passaram a ter aulas de inglês e informática

novos alunos, como ocorreu no 1º Módulo, serão indicados pelos gestores dos colégios.

Os convênios firmados com instituições e empresas foram responsáveis, ainda, pela promoção de atendimentos médicos no Judiciário estadual. As 9ª e 10ª edições da Semana da Saúde foram promovidas em novembro e outubro, em 2016 e 2017, respectivamente, no Hall Monumental do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. As especialidades médicas oferecidas foram: cardiologia, clínica médica, odontologia, dermatologia, geriatria, ginecologia, oftalmologia, ortopedia e otorrinolaringologia. Mulheres de 50 a 69 anos de idade, com cartão do Sistema Único de Saúde e com-

provante de residência de moradia no Recife, puderam realizar exames de mamografia. Também foram realizados testes rápidos para Hepatite B e C, orientações sobre primeiros socorros e saúde bucal, revitalização de pele, serviços de imagem e escovódromo. Durante a IX edição da Semana da Saúde, realizada em 2016, foram promovidos 700 atendimentos, e na X Semana, em 2017, foram 1.405 atendimentos. No total, as duas edições do evento atenderam 2.105 pessoas.

As duas edições da Semana de Saúde atenderam 2.105 pessoas

O Tribunal aderiu a campanhas nacionais importantes no combate a doenças como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, de prevenção ao suicídio, ao câncer de mama e ao câncer de próstata respectivamente. O Palácio da Justiça, localizado no bairro de Santo Antônio, foi iluminado com as cores amarela, rosa e azul simbolizando as campanhas e promoveu uma série de eventos como realização de palestras sobre os temas, distribuição de folders informando sobre fatores de risco para o desenvolvimento dos problemas, dicas sobre alimentação, a relevância da realização de exames preventivos e do tratamento das doenças e em que locais procurar ajuda. As iniciativas foram voltadas à população em geral, aos servidores e magistrados.

Na cultura, a aproximação do Judiciário da sociedade ocorreu por meio da promoção de projetos que levaram o cidadão para dentro da Justiça como a iniciativa Portas Abertas. A ação representa uma visita guiada ao Palácio da Justiça, onde alunos de escolas do Estado, população, turistas e servidores, podem não só conhecer detalhes da arquitetura, movelaria, obras de arte e seus salões, como também a história do Poder Judiciário. Em cada edição ainda há uma breve palestra com o presidente sobre cidadania, deno-



As duas edições da Semana da Saúde, promovidas no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, atenderam 2.105 pessoas

minada Fale com o Presidente. Implantado em outubro de 2016, o projeto já permitiu que mais de 3 mil pessoas conhecessem de perto a estrutura do Judiciário e debatessem sobre temas relacionados aos direitos fundamentais do cidadão. Dentro dessa iniciativa, o Tribunal promoveu a apresentação do grupo teatral do TJPE, a Trupe do Faz e Conta, que estreou neste projeto com o espetáculo Arte e Histórias no Palácio da Justiça, com a participação de servidores no elenco.

Implantado em outubro de 2016, o programa Portas Abertas já permitiu que mais de 3 mil pessoas conhecessem de perto a estrutura do Judiciário pernambucano

Em cada edição do Portas Abertas, há uma breve palestra sobre cidadania, denominada Fale com o Presidente



O grupo teatral Trupe do Faz e Conta também integrou o programa TJPE vai à Escola, que tem o objetivo de levar a história e o papel social do Tribunal para as escolas do Estado. A ação teve início no Ginásio Pernambucano, no dia 22 de novembro de 2017. O grupo teatral encenou uma peça que contava fatos marcantes da história do TJ e os estudantes puderam fazer perguntas ao presidente do Tribunal, desembargador Leopoldo Raposo, sobre o funcionamento do Judiciário, com informações detalhadas da função da Justiça estadual pernambucana.

O TJPE também abriu as portas, neste biênio, para diversos eventos culturais, intensificando a presença da população de forma geral e de representantes do mundo jurídico estadual e nacional nas suas dependências. Dentre as exposições promovidas, destaca-se a do escultor pernambucano Bibiano Silva (1889-1969), realizada no dia 25 de janeiro de 2017, no Palácio da Justiça. O público pôde conferir uma exposição fotográfica do trabalho do artista, que tem várias de suas obras expostas no Palácio da Justiça, como a "Justiça e o Homem" e "A Justiça e a Família", localizadas no alto da fachada do prédio. E também um Museu Virtual, um site em homenagem ao escultor, que conta um pouco da história e revela as esculturas do artista espalhadas por vários estados brasileiros.

Para levar cultura a um número maior de pessoas e aproximar o Judiciário ainda mais do cidadão, o Tribunal foi além da sua estrutura física, promovendo o espetáculo EnCantando, no Teatro de Santa Isabel, no Recife, no dia 3 de maio de 2017. Sob a direção artística de Maria de Fátima Guimarães, o espetáculo uniu manifestações clássicas e populares, através de canto, música, dança, fotografia e poesia de servidores do Tribunal. O EnCantando é uma das ações que compõem o Projeto Justiça Cultural, promovido



O grupo teatral Trupe do Faz e Conta encenou uma peça que contava fatos marcantes da história do TJPE



Na sede do Judiciário, o público pode conferir as obras do escultor Bibiano Silva, que teve uma exposição realizada no Palácio da Justiça

pelo TJPE. Por meio do projeto, foi também retomada as atividades do Coral TJPE, após um período de dez anos sem atuar, com servidores da instituição, e promovidas as Cantatas Natalinas, no mês de novembro, em 2016 e 2017.

O Memorial da Justiça do TJPE participou ativamente desse processo de expansão da cultura no Estado com a promoção de exposições, palestras e oficinas direcionadas a crianças, adolescentes e adultos, das mais diversas áreas profissionais. Dentre as oficinas, destaca-se a



O Coral do TJPE durante apresentação do espetáculo EnCantando, no Teatro Santa Isabel

de Bonecas Abayomis para estudantes de escolas públicas. Símbolo de resistência, as abayomis eram feitas pelas mães africanas, que, no transporte de escravos entre África e Brasil, rasgavam pedaços de suas próprias saias e deles criavam pequenas bonecas, feitas com nós e tranças. O objetivo era acalantar seus filhos durante a cruel viagem. Na oficina, foram debatidos temas da escravidão e a repercussão desse período até os dias de hoje. Entre as exposições do Memorial destaca-se a permanente: Uma questão de Justiça, na qual são abordados assuntos como liberdade, cidadania e acesso à Justiça a partir do contato com processos judiciais relativos a escravidão, capoeira e cangaço.

A acessibilidade maior ao patrimônio arquitetônico do Memorial foi promovida com a abertura do projeto Do Concreto ao Sensorial, no dia 6 de setembro de 2016. Realizada pelo Memorial e pela Tangram Cultural com patrocínio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE), a iniciativa disponibiliza três maquetes táteis – com descrições em braile – do edifício onde está instalado o museu, na antiga

Estação Ferroviária do Brum. Ao serem tocadas, as peças possibilitam às pessoas com deficiência a compreensão da arquitetura do prédio. A ação é voltada a facilitar o acesso de pessoas cegas, com baixa visão ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao patrimônio arquitetônico do museu. Outro projeto é o Memorial Digital implantado em janeiro também com incentivo do Funcultura.

Por meio da atividade, processos históricos foram digitalizados e disponibilizados para consulta pública no site do Tribunal.

O resgate da história e a prestação de serviços marcaram também as comemorações dos 195 anos do Tribunal, aproximando a sociedade do Judiciário. Celebrado no dia 13 de agosto de 2017, o aniversário da Justiça estadual contou com a realização de solenidades, que incluíram uma missa de agradecimento, na igreja da Ordem Terceira de São Francisco; a entrega a personalidades do Diploma de Honra ao Mérito Judiciário e da Medalha do Mérito Judiciário



O projeto do Concreto ao Sensorial, que disponibiliza maquetes táteis, com descrição em braile, possibilita às pessoas com deficiência a compreensão da arquitetura do prédio onde está instalado o museu

Desembargador Joaquim Nunes Machado, no Salão do Pleno do Palácio; o plantio simbólico de uma muda na calçada do Edifício Paula Baptista; e o recital comemorativo do Coral do TJPE e da Orquestra Criança Cidadã.

Mais do que a promoção de eventos, o aniversário do Tribunal se caracterizou principalmente pela realização de serviços e campanhas que orientaram o cidadão sobre o funcionamento do Judiciário estadual. Em paralelo, equipes de servidores e magistrados do Tribunal transmitiam aos cidadãos orientações sobre sustentabilidade, conciliação, negociação de dívidas, cidadania, adoção e apadrinhamento de crianças e adolescentes, enfrentamento à violência contra a mulher e pesquisa no campo da história do Judiciário. Também no Hall do Fórum do Recife, em parceria com o TJPE, uma equipe da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope) prestou esclarecimentos sobre doação de sangue e de medula óssea; e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), realizou uma atividade educativa sobre eficiência energética.

Foi neste biênio que uma outra função do Tribunal atribuída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao Judiciário ficou mais evidente para a população: a realização das audiências de custódia. A iniciativa foi ampliada para 18 polos com abrangência em todas as comarcas situadas na Região Metropolitana do Recife e no Interior do Estado no dia 1º de agosto de 2016. O serviço



Equipes de servidores e magistrados do Tribunal orientaram os cidadãos sobre os serviços do Tribunal no Hall Monumental do Fórum do Recife durante o aniversário de 195 anos do órgão judiciário

Mais do que a promoção de eventos, o aniversário do Tribunal se caracterizou pela realização de serviços e campanhas que orientaram o cidadão sobre o funcionamento do Judiciário estadual

funcionava até então apenas na Central de Flagrantes do Recife, no Fórum Rodolfo Aureliano desde o dia 21 de agosto de 2015.

Durante a audiência, o juiz analisa a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras

medidas cautelares num prazo máximo de 24 horas. O juiz pode avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades. De acordo com o CNJ, o objetivo da audiência de custódia é a apreciação mais adequada e apropriada da prisão, considerando a presença física do autuado em flagrante, a garantia do contraditório e a prévia entrevista pelo juiz da pessoa presa. A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San

Jose. No ano de 2016, foram realizadas 3.956 audiências e em 2017 foram 8.863, totalizando a realização na gestão de 12.819 audiências.

A população pôde também ser mais ouvida na suas demandas com o desenvolvimento de novos recursos do serviço Fale Conosco disponibilizado pela Ouvidoria do Tribunal, em agosto de 2017. No novo formulário, o usuário pode encami-



A Ouvidoria respondeu, nesta gestão, a 14.759 mensagens acerca de esclarecimentos sobre processos e dúvidas em relação ao Poder Judiciário

nhar sua mensagem com anexo de arquivos, para fundamentar sua solicitação, e recebe uma numeração de protocolo. Esse código permite o acompanhamento da demanda, além de ser uma garantia de que a mensagem foi recebida com sucesso. Além de integrar e melhorar o formulário online, foram implementadas outras providências de ordem procedimentais, com o objetivo de atender melhor o jurisdicionado. Um exemplo disso é a recomendação oficial às varas judiciárias, no sentido de, diariamente, acompanhar o Diário de Justiça eletrônico (DJe), e verificar as publicações semanais de pedidos de agilização processual, enviadas à Ouvidoria. O órgão respondeu, no período de 16 de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017, a 14.759

mensagens acerca de esclarecimentos sobre processos e dúvidas sobre o Poder Judiciário.

O acesso efetivo da população ao Judiciário nesta gestão também foi possível a partir da relevante divulgação de seus serviços, ações e projetos por meio dos veículos de comunicação e mídias sociais. O Judiciário mostrou como o cidadão pode ser atendido nas suas demandas e o papel social que exerce. Na Comunicação, focou sua atuação em três grandes eixos estratégicos: consolidação do trabalho voltado ao atendimento à imprensa; desenvolvimento de campanhas para aproximar o TJPE da população pernambucana, como também direcionadas ao público interno; e ampliação da atuação proativa nas principais redes sociais digitais.

No que diz respeito à atuação junto à imprensa, o Judiciário obteve resultados que superaram as metas estabelecidas no Plano Estratégico 2017 – 2022. Até o mês de dezembro de 2017, 9.576

notícias foram veiculadas nos principais veículos de comunicação. Além disso, vale destacar que o índice de matérias positivas foi de 38%, de neutras 59,3%, o que corresponde a 97,3%, com apenas 2,7% de matérias veiculadas negativas, um marco nunca antes alcançado pelo Tribunal. Os três principais jornais do Estado, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco, publicaram 1.950 notícias sobre o TJPE, sendo apenas 2,5% com conteúdo negativo. No total, foram publicadas 95 chamadas de capa, 52 entrevistas, além de 122 horas de conteúdo veiculado em TVs abertas. Os assuntos mais divulgados pelos veículos de comunicação foram: conciliação, concurso, adoção, audiência de

custódia, mulher e projetos sociais. A média de atendimentos à imprensa foi de 200 mensais. No site do TJPE, foram publicadas, ao todo, 1.279 matérias. O número de visualizações dos textos publicados no site atingiu a marca de 4 milhões, 450 mil e 439.

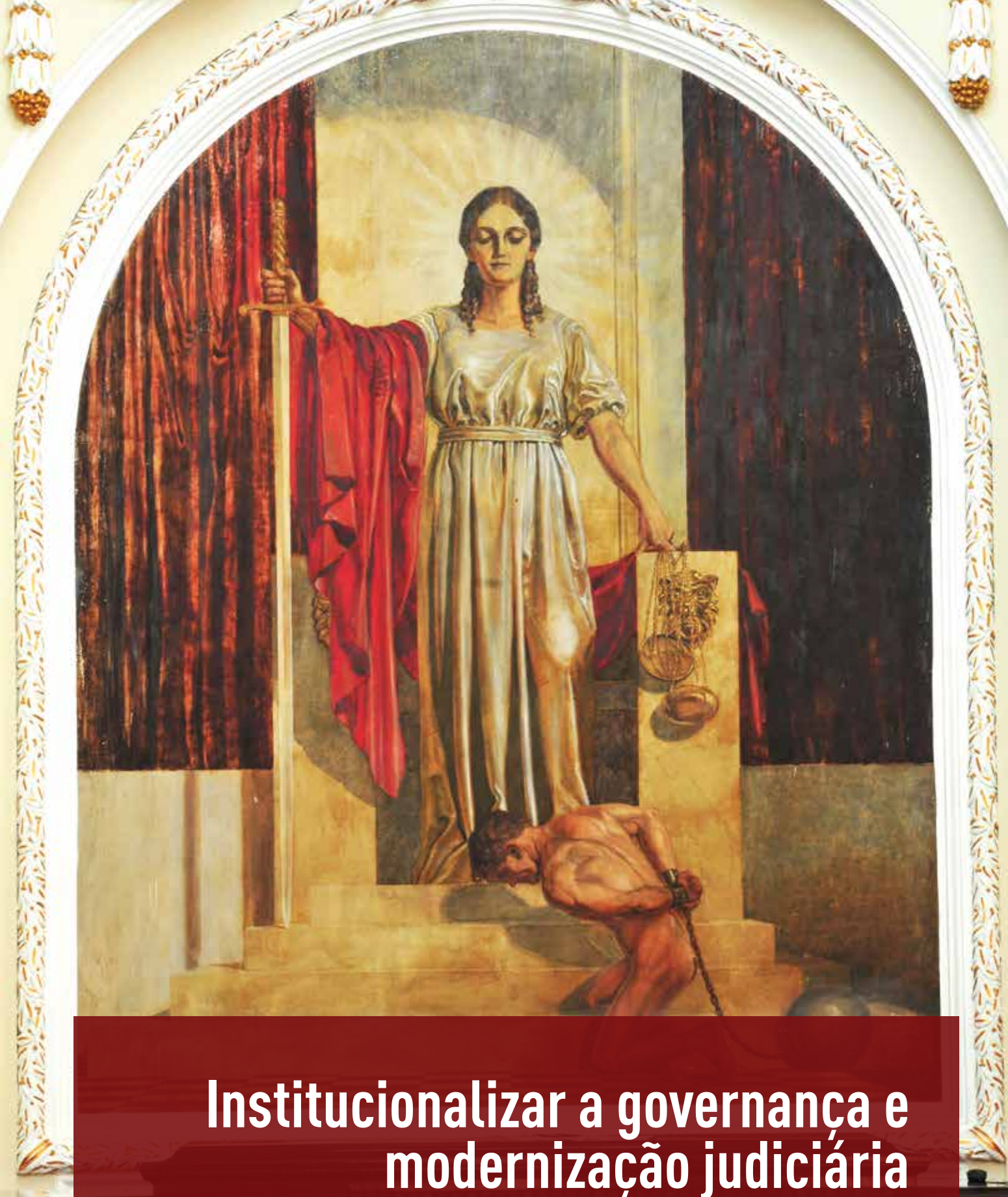
Já no que se relaciona ao desenvolvimento de campanhas publicitárias para aproximação com a população, mais de 20 projetos foram desenvolvidos durante a atual gestão. Destaque para os temas de conciliação, adoção, violência contra a mulher, 195 anos do TJPE e semana do meio ambiente. A Comunicação também concebeu material voltado ao público interno do Tribunal. Os servidores, magistrados e demais colaboradores do TJPE tiveram acesso às principais

notícias da instituição através da Revista Conecta e da Intranet. A revista, de publicação online e com periodicidade semanal, lançou 74 edições, com a produção de 438 matérias e a reprodução de artigos de autoria de servidores e magistrados. Em relação à Intranet, foram publicadas 510 notícias com foco na comunicação institucional. As matérias mais acessadas pelo público interno do Tribunal foram: progressão funcional, concurso literário, concurso de fotografia e evento Prata da Casa. Ao longo do biênio, a Revista Conecta contou com 23.991 acessos em suas matérias.

Por fim, a ampliação da atuação proativa nas redes sociais digitais estabeleceu um novo patamar para a presença digital do Judiciário pernambucano. Um dos casos mais bem sucedidos foi o desenvolvimento da campanha Concurso TJPE, um case de sucesso para o órgão. Durante os meses que antecederam o certame, toda a equipe da comunicação do TJPE construiu materiais gráficos, textuais e audiovisuais os quais visavam aproximar o órgão dos candidatos, buscando uma comunicação assertiva e acolhedora. O resultado: um milhão de pessoas impactadas apenas no Facebook; mais de 50 mil horas de vídeos visualizados pelos usuários; aumento de mais de 200% no número de seguidores das principais redes sociais digitais do órgão (Facebook, Twitter, Instagram), atingindo em menos de dois anos a marca de 10 mil seguidores. Os vídeos produzidos para as redes sociais geraram mais de 500 mil visualizações.

O índice de matérias neutras e positivas somou 97,3%, um marco nunca antes alcançado pelo Tribunal, com apenas 2,7% de matérias veiculadas negativas





**Institucionalizar a governança e
modernização judiciária**



Presidente Leopoldo Raposo ao lado de Maria de Lourdes da Conceição (moradora de Tabira) descerra placa do Fórum do município

A modernização e o processo de humanização da estrutura do Judiciário marcaram a Presidência do desembargador Leopoldo Raposo, que se consolidou como a gestão que promoveu o maior número de intervenções em imóveis. A Presidência realizou e iniciou 51 grandes obras que resultaram em inaugurações, reformas, reestruturações e processos de construção de unidades judiciárias e fóruns em todo o Estado. As comarcas de Agrestina, Custódia, Goiana, Glória do Goitá, Tabira, Tracunhaém, Santa Maria da Boa Vista e Taquaritinga do Norte ganharam novos

fóruns. Somando-se a disponibilização de espaço nos oito fóruns inaugurados, têm-se 21 novas Varas Judiciais e oito Tribunais do Júri. O TJPE também iniciou a construção dos fóruns de Bezerros, Bonito, Canhotinho, Itamaracá, Limoeiro e Toritama.

O Tribunal inaugurou oito fóruns nas regiões Agreste, Zona da Mata e Sertão do Estado

Para a construção de fóruns, 15 municípios doaram terrenos. As doações foram para a construção dos fóruns de Toritama, Agrestina, Bonito,



Fórum de Goiana



Escola Judicial (Esmape)

Cabrobó, Canhotinho, Custódia, Itamaracá, Limoeiro, Santa Maria da Boa Vista, São José do Egito, Petrolina, Pombos, Tabira, Araripina e Salgueiro.

O Tribunal também se destacou no quesito reformas. No total, foram realizadas reformas nos fóruns Desembargador Rodolfo Aurelino e Thomaz de Aquino, no Recife, e nos fóruns de Abreu e Lima, Condatado, Olinda, Camocim de São Félix, Fernando de Noronha, Sirinhaém, Nazaré da Mata, Passira, Macaparana, Paudalho, Belém de Maria, Caruaru, Tacaimbó, Belo Jardim, Cachoerinha, Garanhuns, Itaíba, Floresta, São José do Belmonte, Salgueiro, Araripina, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Bento do Una, Santa Maria do Cambucá e João Alfredo.

Ao todo, foram 57 mil metros quadrados de área construída ou reformada. As obras realizadas em cada comarca movimentaram a economia local, empregando 1.052 pessoas em mão de obra direta nas construções de fóruns, e 163 nas reformas das estruturas dos prédios, totalizando 1.215 pessoas beneficiadas diretamente e mais de 4 mil de forma indireta. O investimento no plano de obras foi de cerca de R\$129 milhões. No total, o incremento na economia estadual será de R\$180 milhões.

Todos os projetos foram elaborados atendendo às demandas atuais de sustentabilidade e acessibilidade. Dentre elas, há utilização de lâmpadas de LED, implantação de estações de tratamento de efluentes e construção de reservatório para reuso de água.

As obras realizadas nas comarcas empregaram 1.215 pessoas de forma direta e 4 mil indiretamente

A cidade de Goiana, com 78 mil habitantes, atualmente considerada um dos polos industriais do Estado, a 62,1 quilômetros do Recife, é a Comarca que recebeu a sede com maior número de espaços para serviços jurisdicionais. O prédio conta com área construída de 8,6 mil metros quadrados. No total, foram instaladas: quatro varas, sendo duas Cíveis, uma Criminal e uma da Infância, um Juizado Especial, Salão do Tribunal do Júri, auditório, Central de Conciliação, Central de Cartas. Além de salas para Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal Regional Eleitoral. O prédio ainda está equipado com Arquivo Geral; salas para Testemunhas, Jura-



Fórum de Agrestina



Fórum de Glória de Goitá



Fórum de Taquaritinga do Norte



Fórum de Tracunhaém

dos, Reconhecimento, Custódia, Psicólogos e Assistentes Sociais; duas celas; posto médico; brinquedoteca; estacionamento com vagas para carros, motocicletas e bicicletas, entre outras instalações. Toda a estrutura respeita as normas de acessibilidade.

A Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) também recebeu a estrutura de um novo prédio, no terreno vizinho ao Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. O prédio tem 9.700 metros quadrados de área construída, com cinco pavimentos. No térreo, conta com um amplo estacionamento e as áreas de serviços e zeladoria. O primeiro andar tem um espaço para eventos, dois auditórios com capacidade para 100 e 440 pessoas, sala de imprensa, biblioteca com 500 metros quadrados e cafeteria com espaço de convivência. As salas de aula são distribuídas pelo segundo e terceiro andares. Ainda estão inclusos na estrutura um mini-tribunal do júri e um laboratório de informática, além de terraço panorâmico e um restaurante que foram instalados na cobertura. A Esmape funcionava na Rua do Imperador, no bairro de Santo Antônio.

A reestruturação do espaço físico de 26 varas cíveis, localizadas no Fórum Rodolfo

Aureliano, retirando-se os balcões para melhor acesso às unidades judiciárias, foi outra iniciativa realizada neste biênio. As unidades foram reestruturadas para dar mais conforto aos cidadãos, servidores, magistrados, procuradores e defensores públicos. A reformulação tornou-se possível após a implementação de ações desenvolvidas pela Central de Audiências da Capital e pela Diretoria Cível do 1º Grau do Recife, que permitiram acelerar o andamento dos processos e otimizar o espaço físico das unidades judiciárias.

A Central de Audiências da Capital foi inaugurada no dia 11 de agosto de 2016, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, no Recife. A unidade possui 17 salas, no 5º andar do Fórum, com o objetivo de viabilizar as audiências

A Central de Audiências da Capital possui 17 salas com o objetivo de viabilizar as audiências de conciliação

de conciliação e mediação no início da tramitação dos processos cíveis, conforme previsto no Novo Código de Processo Civil. A central abrange tanto as ações do Núcleo Permanente de Métodos Con-



Fórum de Custódia



Fórum de Tabira



Inauguração da Central de Audiências da Capital



A Central de Audiências da Capital tem 17 salas para atendimento ao público

sensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) quanto das Varas Cíveis que optarem pelo novo local, além dos mutirões do Judiciário e das demandas de varas de competências diversas. No total, foram realizadas 8.107 audiências na unidade, sendo homologados R\$ 16.649.596,66 em acordos.

A Diretoria Cível do 1º Grau da Capital realiza práticas cartorárias de 64 seções de Varas Cíveis e de quatro seções de varas de execução de Títulos Extrajudiciais. Mais de 50 mil atos, a exemplo de produção de expedientes como mandados, ofícios, cartas precatórias e alvarás; intimações eletrônicas e marcação de audiências, dentre outras atividades inerentes ao andamento processual, são realizados mensalmente por 82 servidores que buscam cumprir atos no prazo de cinco dias, conforme determinação do Código de Processo Civil. A otimização do Processo Judicial eletrônico vem permitindo que a produção da Diretoria supere três vezes a produtividade de uma secretaria comum. Na gestão, foram realizados 1.030.096 atos cartorários, sendo 408.320, em 2016, e 621.776 no ano de 2017.

O trabalho da Diretoria Cível foi ampliado no Estado com a instalação de

mais três unidades, sendo uma em Olinda e as outras em Jaboatão dos Guararapes e Caruaru, nos meses março, abril e agosto de 2017, respectivamente. A Diretoria de Olinda atende as demandas da Zona da Marta Norte, estimada em aproximadamente 7 mil processos. Já a unidade de Jaboatão dos Guararapes responde de forma unificada por demandas de 37 unidades judiciárias instaladas em três circunscrições localizadas na Mata Sul do Estado. E a inaugurada em Caruaru, a Diretoria Cível Regional, realiza os atos de secretaria praticados em processos eletrônicos que tramitam em cinco Varas Cíveis da Comarca de Caruaru, duas Varas Cíveis de Santa Cruz do Capibaribe, além das Comarcas de Altinho e Ibirajuba.

O Tribunal implantou três Diretorias Cíveis e uma de Família

Nesta gestão, a Diretoria Cível de Olinda realizou 82.563 atos cartorários: a de Jaboatão, 85.985 atos; e a Regional realizou 45.491 atos, totalizando 214.039 atos cartorários. A realização dos atos cartorários nas Diretorias Cíveis possibilita uma diminui-



Diretoria Cível de Jaboatão dos Guararapes



Diretoria Cível de Olinda



Diretoria Cível Regional do Agreste



Diretoria de Família da Capital

ção significativa de demandas para as Varas, que concentram os esforços nos atos de gabinete, como despachos, decisões e sentenças. Os juízes e servidores passam a se dedicar mais à atividade fim, distribuindo de forma mais adequada serviços entre áreas administrativas e judiciais. Dessa forma, o método adotado na unidade favorece o jurisdicionado por conta da celeridade na resolução de processos.

O modelo de funcionamento das Diretorias Cíveis no Estado nos processos judiciais eletrônicos serviu de referência para outros tribunais do país como o Tribunal de Justiça do Maranhão. Representantes do Judiciário maranhense realizaram uma visita às unidades da Capital, de Olinda e de Jaboatão dos Guararapes, em maio de 2017, com o objetivo de levar a experiência em relação a estrutura física e equipe de trabalho.

Com o intuito de acelerar o andamento processual também nas Varas de Família, o Tribunal implantou a Diretoria de Família do 1º Grau na Capital, no dia 27 de julho de 2017. A unidade é responsável pelos atos de secretaria praticados nos processos eletrônicos das 12 Varas de Família e Registro Civil, localizadas no Fó-

rum Desembargador Rodolfo Aureliano. Ao todo, foram realizados 76.530 atos cartorários na Diretoria de Família.

Na área criminal, a população foi beneficiada com as instalações do Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes, que ganhou uma nova sede, e a implantação da Vara Criminal da Comarca de Limoeiro. Com a inauguração da Vara Criminal de Limoeiro foi possível desafogar as duas varas únicas da comarca. As instalações buscam atuar na redução dos índices de criminalidade e garantir mais segurança à população. O Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes julgou 2.886 processos, e a Vara Criminal de Limoeiro julgou 1.259 ações durante a gestão.

O modelo de funcionamento das Diretorias Cíveis no PJe serviu de referência para outros tribunais do país

Outro avanço conquistado no Tribunal com a instalação de novos serviços ocorreu com a inauguração de uma estrutura no Fórum Desembargador Benildes Souza para a atuação da primeira Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados

Especiais, em maio de 2017. A unidade tem a função de analisar pedidos de uniformização de interpretação de lei, quando houver divergência entre decisões proferidas, pacificando os conflitos e as jurisprudências diversas nos Juizados Especiais de Pernambuco, dando mais celeridade aos julgamentos. A instalação da Turma ressalta a responsabilidade da gestão de cumprir as demandas com efetividade e segurança, assim como garante o cumprimento das determinações do Superior Tribunal de Justiça.

Na institucionalização da governança, a Presidência construiu um marco para a gestão estratégica do Tribunal de Justiça, com a publicação do Plano Estratégico para o período de 2016 a 2022 e posteriormente com a implantação, de forma inédita, da ferramenta institucional para consolidação, transparência e monitoramento de todo o planejamento de forma centralizada. A ferramenta TJPE Estratégia, permite a alimentação dos dados de forma descentralizada por todos os gestores e equipe de projeto; e o acompanhamento, online e centralizado, pela alta gestão, do andamento de todos os objetivos, indicadores e projetos estratégicos, permitindo a análise dos recursos envolvidos e resul-

tados gerados para o Tribunal e para os cidadãos.

O TJPE Estratégia chegou num momento, do Brasil e do mundo, em que não mais se concebe ter áreas trabalhando de forma isolada e sem governança dos investimentos financeiros, de tempo e de pessoal em prol de um Tribunal mais célere e transparente. Com ela, é possível avaliar o que está dando certo e o que precisa ser realinhado para que os resultados planejados sejam atingidos. Já são mais de 30 projetos e 200 indicadores (estratégicos, táticos e operacionais) sendo acompanhados pela ferramenta.

Outra ferramenta tecnológica de gestão, o PE Integrado, está sendo implantada no Tribunal com o objetivo específico de promover a modernização e evolução das áreas de compras, contratos, licitações, patrimônio e almoxarifado vi-

sando ao aumento da eficiência e da racionalização do gasto público e à adequação aos procedimentos contábeis previstos pelas Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A ferramenta integra-se aos sistemas corporativos de Governo, como por exemplo, o e-Fisco Financeiro, também utilizado pelo Poder Judiciário, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O objetivo maior é garantir a gestão do patrimônio público e gerar informações estratégicas, táticas e operacionais de forma rápida para subsidiar as tomadas de decisões. O primeiro módulo da ferramenta implantado compreende a Solicitação de Compras, Compra Direta e Pregão Eletrônico, iniciado em 6 de novembro de 2017. O módulo abrange todas as unidades responsáveis por compras, contra-

tações, gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis, assim como os setores financeiro e de planejamento e orçamento.

Para acompanhar e debater as melhores práticas de gestão nas unidades judiciárias, a Presidência do Judiciário pernambucano lançou o Projeto Encontro Regional, visando a identificar os entraves que dificultam alcançar uma melhor qualidade na prestação jurisdicional. Nos encontros, são estabelecidos diálogos entre a Administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco e os representantes das comarcas do Estado. Entre os assuntos abordados nas reuniões estão: práticas administrativas, cursos de formação técnica para magistrados e servidores; andamento de processos de réus presos ou conclusos para sentença; e metas do Conselho Nacional de Justiça. No total, foram realizados oito encontros nas comarcas.



Encontro Regional realizado em Serra Talhada para debater boas práticas de gestão como cursos de formação técnica para magistrados e servidores

PLANO DE OBRAS

OBRAS INAUGURADAS

| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Goiana • Fórum de Tracunhaém • Fórum de Taquaritinga do Norte • Fórum de Custódia • Fórum de Tabira • Fórum de Agrestina • Estação de Tratamento de Efluentes do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano | <ul style="list-style-type: none"> • Prédio Anexo dos Desembargadores • Escola Judicial (Esmape) • Fórum de Santa Maria da Boa Vista • Galpões para Almoarifado — Jaboatão • Datacenter no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano • Datacenter em Camaragibe |
|---|---|

OBRAS DE REFORMA

| | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Condado • Fórum de Abreu e Lima • Fórum de Camocim de São Félix • Fórum de Fernando de Noronha • Fórum de Sirinhaém • Fórum de Nazaré da Mata • Fórum de Macaparana • Fórum de Passira • Fórum de Paudalho • Fórum de Belém de Maria • Fórum de Caruaru • Fórum de Santa Maria do Cambucá • Fórum de João Alfredo | <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Tacaimbó • Fórum de Belo Jardim • Fórum de Cachoeirinha • Fórum de Garanhuns • Fórum de Itaíba • Fórum de Floresta • Fórum de São José do Belmonte • Fórum de Salgueiro • Fórum de Moreno • Fórum de São Bento do Una • Fórum de Araripina • Fórum Thomaz de Aquino • Fórum de Olinda | <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Desembargador Rodolfo Aureliano (Vara de Execução Penal da Capital) • Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (26 Varas Cíveis) • Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (17 Salas de Conciliação/Central de Audiências) • Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Vara Criminal) • Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Fechamento da fachada do sexto pavimento em pele de vidro) • Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes |
|--|--|--|

OBRAS INICIADAS

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Canhotinho • Fórum de Bonito • Fórum de Toritama • Fórum de Itamaracá • Fórum de Bezerros • Fórum de Limoeiro |
|---|



**Reduzir o tempo
de solução dos processos**

A promoção de uma justiça eficaz comprometida com a redução do tempo de solução dos processos integrou o plano de gestão da Presidência do desembargador Leopoldo Raposo desde o início. Para cumprir esse objetivo, diversos serviços e ações foram implementados. A execução do planejamento incluiu desde a agilização de práticas cartorárias nas unidades judiciárias com maior demanda de processos até o estudo e a implantação de uma melhor sistemática de atuação para uma eficaz movimentação processual. A celeridade no julgamento de processos conferiu ao TJPE o Selo Justiça em Números Categoria Ouro do Conselho Nacional de Justiça, por duas vezes, em 2016 e 2017.

Uma das primeiras medidas adotadas pela gestão foi a implantação da Secretaria Móvel de Processos Físicos do Interior (Semovi). Instituída por meio da

Por meio da Semov, foram movimentados 49.462 processos e enviados para o arquivo 37.474 ações em comarcas do Interior do Estado, Região Metropolitana do Recife e Capital

Instrução Normativa nº 8, de 14 de março de 2016, a unidade segue o modelo da Secretaria Móvel de Processos Físicos da Capital (Semov), instalada em 1º de outubro de 2015 para atuar no Recife e na Região Metropolitana. As duas Secretarias foram unificadas em 4 de outubro de 2016 através da Instrução Normativa 20/2016 publicada no DJE, recebendo a denominação de Secretaria Móvel de Processos Físicos (Semov).

O objetivo do serviço foi agilizar o julgamento dos feitos, saneando pendências cartorárias e auxiliando as unidades a identificar, implantar e divulgar boas práticas de gestão. A principal consequência do trabalho da Secretaria foi difundir junto aos servidores ferramentas de gestão e planejamento estratégico que possibilitam a própria unidade judiciária fomentar as suas estratégias de atuação. A medida também

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO % DE CUMPRIMENTO DAS METAS CNJ/2016

| GRAU DE JURISDIÇÃO | META 01 | | META 02 | | META 04 | | META 06 | |
|--------------------|----------|----------|----------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | JAN/2016 | DEZ/2016 | JAN/2016 | DEZ/2016 | JAN/2016 | DEZ/2016 | JAN/2016 | DEZ/2016 |
| 1º GRAU | 91,47% | 110,23% | 74,44% | 86,31% | 43,68% | 57,31% | 63,45% | 76,33% |
| 2º GRAU | 68,51% | 85,11% | 95,14% | 110,91% | 111,70% | 127,12% | 85,74% | 102,59% |
| JUIZADOS CÍVEIS | 103,90% | 107,65% | 95,94% | 99,53% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| J. CRIMINAIS | 70,75% | 107,34% | 91,28% | 96,78% | 142,86% | 142,86% | Não compete | Não compete |
| J. DA FAZENDA | 205,38% | 68,75% | 98,04% | 99,82% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| TR - CÍVEL | 137,77% | 95,63% | — | — | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| TR - CRIMINAL | — | — | — | — | — | — | Não compete | Não compete |
| TR - FAZENDA | 346,67% | 59,30% | — | — | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |

META 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos:

Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

META 04: Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

META 06: Identificar e julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º Grau e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 2º grau.

buscava priorizar o cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual visa julgar processos mais antigos em tramitação.

Por meio da Semov, foram movimentados 49.462 processos e enviadas para o arquivo 37.474 ações em comarcas do Interior do Estado, Região Metropolitana do Recife e Capital. A seleção das unidades beneficiadas foi realizada com base nas que possuíam uma maior taxa de congestionamento ou tinham maior acervo relacionado à Meta 2 do CNJ. No trabalho, atuaram servidores capacitados pela Escola Judicial do TJPE (Esmape).

A agilização no julgamento dos processos mais antigos do Tribunal, com o cumprimento da Meta 2 do CNJ, foi possível ainda com a implementação do trabalho realizado pela Central de Agilização Processual da Capital e pelas Centrais de Agilização Processual do Interior, que envolvem as comarcas de Caruaru e Petrolina. As Centrais trabalham principalmente com proces-

sos da Meta 2. Na Capital, 112 unidades judiciárias foram beneficiadas pelo trabalho da Central, e no Interior, as Centrais atenderam 90 unidades.

No biênio, a unidade da Capital julgou 6.783 processos cíveis, das 9.481 ações recebidas. Na Central de Caruaru, foram julgados 4.093 processos cíveis dos 8.922 recebidos, e na de Petrolina foram julgados 1.617 processos dos 5.624 recebidos. Ao todo, houve o julgamento de 12.493 processos dos 24.027 recebidos. A unidade é importante não só por diminuir os índices de congestionamento das unidades judiciárias, mas principalmente por fazer isso de forma qualificada. No total, 68 juízes atuaram na unidade da Capital e 79 magistrados na Central do Interior.

O resultado das medidas adotadas para a resolução das ações mais antigas do TJPE foi a evolução do cumprimento da Meta 2 na tabela de metas do CNJ, em 2016 e 2017, no 1º grau. Em janeiro de 2016, o índice de cumprimento da meta era de 74,44%, e em dezembro de 2016

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO % DE CUMPRIMENTO DAS METAS CNJ/2017

| GRAU DE JURISDIÇÃO | META 01 | | META 02 | | META 04 | | META 06 | |
|--------------------|----------|----------|----------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | JAN/2017 | DEZ/2017 | JAN/2017 | DEZ/2017 | JAN/2017 | DEZ/2017 | JAN/2017 | DEZ/2017 |
| 1º GRAU | 92,97% | 105,71% | 77,17% | 88,70% | 43% | 56,69% | 58,21% | 76,74% |
| 2º GRAU | 75,37% | 93,79% | 98,96% | 112,64% | 108,97% | 129,93% | 75% | 96,58% |
| JUIZADOS CÍVEIS | 49,47% | 106,87% | 96,75% | 99,25% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| J. CRIMINAIS | 326,47% | 115,42% | 89,78% | 96,33% | 142,86% | 142,86% | Não compete | Não compete |
| J. DA FAZENDA | 173,20% | 106,46% | 93,37% | 98,87% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| TR - CÍVEL | 43,68% | 69,01% | 94,07% | 95,18% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |
| TR - CRIMINAL | — | — | — | — | — | — | Não compete | Não compete |
| TR - FAZENDA | 7,69% | 74,54% | 37,50% | 87,50% | Não compete | Não compete | Não compete | Não compete |

META 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos:

Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º grau, e até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

META 04: Identificar e julgar até 31/12/2017 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014

META 06: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º Grau e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 2º grau.

chegou a 86,31%. No ano de 2017, em janeiro o índice era 77,17%, e em dezembro foi de 88,70%.

No 2º grau, o cumprimento da Meta 2 também foi destaque. O índice passou de 95,14% em janeiro de 2016 para 110,91% em dezembro do mesmo ano. Em 2017, o índice correspondeu a 98,96% em janeiro, e no mês de dezembro foi a 112,64%. Dentre as medidas adotadas para dar celeridade a tramitação desses processos, estava a implantação da Câmara Extraordinária Cível. A unidade tem competência para receber os processos cíveis relacionados à Meta 2 em tramitação nas Câmaras Cíveis do Judiciário estadual que lhes forem redistribuídos. A iniciativa atende à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda a criação de Câmaras Extraordinárias para conferir celeridade à resolução de processos mais antigos. Dos 1.515 processos distribuídos, 1.405 foram julgados.

Nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de Pernambuco (JECRC), os processos foram agilizados por meio da implementação das atividades da Secretaria Remota. Criada com o objetivo de atuar nas práticas cartorárias do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos Juizados Especiais, a Secretaria funcionou entre 2016 e 2017 em 17 unidades judiciárias. O serviço supriu a carência de servidores nos quadros das serventias judiciárias, possibilitando que essas dedicassem sua força de trabalho na movimentação dos processos físicos remanescentes. As unidades selecionadas pela Coordenadoria dos Juizados Especiais de Pernambuco para contar com o apoio do serviço foram as que tinham o maior acúmulo de atos de Secretaria no sistema Processo Judicial eletrônico (PJe).

O 1º JECRC da cidade do Paulista foi o primeiro juizado a contar com a Secretaria Remota. Ali ocorreram 8.523 movimentações, entre citações e intimações, durante o período de 15 de

outubro de 2015 a 15 de abril de 2016. Na sequência foram auxiliados três JECRCs de Jaboatão dos Guararapes, com 11.490 movimentações para realização de intimação da mudança de endereço dessas unidades para o novo Fórum da Comarca, no período de 23 de abril de 2016 a 31 de agosto de 2016. De setembro de 2016 a janeiro de 2017 atuou, simultaneamente, junto ao 23º JECRC, aos Juizados Cíveis do Cabo de Santo Agostinho e de Palmares, efetuando 15.466 movimentações em diversos atos de secretaria.



A Secretaria Remota atendeu 17 unidades de Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado de Pernambuco

Em 2017, a Secretaria Remota atuou, no período de 15 de março até o dia 30 de setembro, no 2º JECRC da Capital com o total de 14.662 movimentações, no 3º JECRC de Jaboatão dos Guararapes com 8.553 movimentações, no 2º JECRC de Olinda com 4.618 movimentações e no JECRC de Camaragibe com 2.977 movimentações. Ainda, de 1º de abril até 14 de dezembro, o JECRC de Limoeiro teve o auxílio da Secretaria Remota com um total de 12.564 movimentações.

Em outubro, o 25º e 6º JECRC da Capital, o JECRC de Caruaru, o JECRC de Vitória de Santo Antão, e o 1º e 2º JECRCs de Petrolina aderiram à Secretaria Remota. Até o dia 14 de dezembro, foram realizadas 5.124 movimentações



Por meio da Semana de Autoinspeção junto ao período da realização dos atos preparatórios, o Tribunal atingiu a marca de 61.305 processos baixados e mais de 540 mil atos de gabinete arquivados

no 25º JECRC e 3.983 no JECRC da Capital; 2.633 no JECRC de Caruaru; 3.035 no JECRC de Vitória de Santo Antão; 1.640 no 1º JECRC de Petrolina e 652 movimentações no 2º JECRC de Petrolina. Assim, em cerca de dois anos de existência da Secretaria Remota foram totalizadas 95.374 movimentações em processos de 17 unidades de Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado de Pernambuco.

Para a conquista de uma maior celeridade processual, a gestão investiu também na vistoria e verificação de ações ativas nas unidades de Primeiro Grau do TJPE promovendo a Semana de Autoinspeção, de 6 a 10 de novembro, em todas as varas judiciárias e Juizados Especiais estaduais. Informações sobre atos preparatórios e saneamento nos sistemas informatizados estavam contidas no material elaborado por magistrados e servidores sobre a atuação das unidades judiciárias. O objetivo da iniciativa foi a correção de distorções e inconsistências na tramitação processual e adequação na movimentação dos pro-

cessos. Também integraram a atividade arquivamento, baixa ou remessa em grau de recurso dos processos pendentes segundo critérios da Resolução 76/2009 do CNJ em todas as unidades de 1º grau em Pernambuco.

Em cerca de dois anos de existência da Secretaria Remota, foram totalizadas 95.374 movimentações em processos de 17 unidades de Juizados Especiais e das Relações de Consumo

Por meio da Semana de Autoinspeção, juntamente com o período da realização dos atos preparatórios, que corresponde a fase de pré-saneamento das ações, iniciada em 17 de outubro, o Tribunal atingiu a marca de 61.305 processos arquivados e baixados em todo o Estado, sendo quase 70% desse total formado por processos físicos. O número de atos de gabinete e de secretaria baixados foi superior a 540 mil. As comarcas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias diminuíram o seu acervo de ações

pendentes de baixa com julgamento, em 20%, 21% e 18% respectivamente. Os números demonstram que a finalidade da Semana de Autoinspeção, determinada pelo Ato conjunto da Presidência e da Corregedoria Geral de Justiça de nº 06/2017 do Tribunal de Justiça, foi atingida, ou seja, a de agilizar o andamento processual por meio de vistoria interna de ações nas unidades judiciárias.

Apenas durante a Semana de Autoinspeção, o expediente para atendimento externo, as audiências e os prazos processuais foram suspensos em todas as unidades do 1º grau, exceto para as sessões de julgamento do Tribunal do Júri, para os processos relacionados à Infância e Juventude e para as ações penais relativas a réus presos.

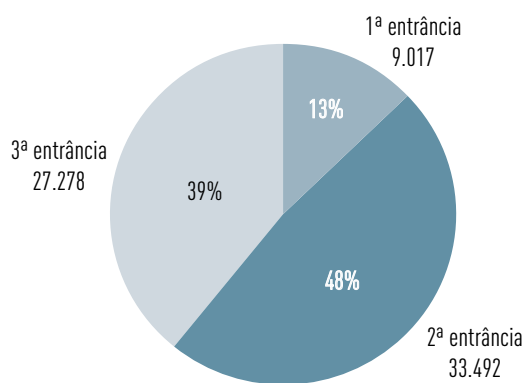
Em relação aos processos físicos, destacou-se em quantidade de redução de acervo, a 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital com 1.643 processos baixados. O destaque na redução de processos eletrônicos foi para o 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital com 625 processos baixados.

Outra medida adotada pela gestão com o objetivo de conferir maior rapidez ao jul-

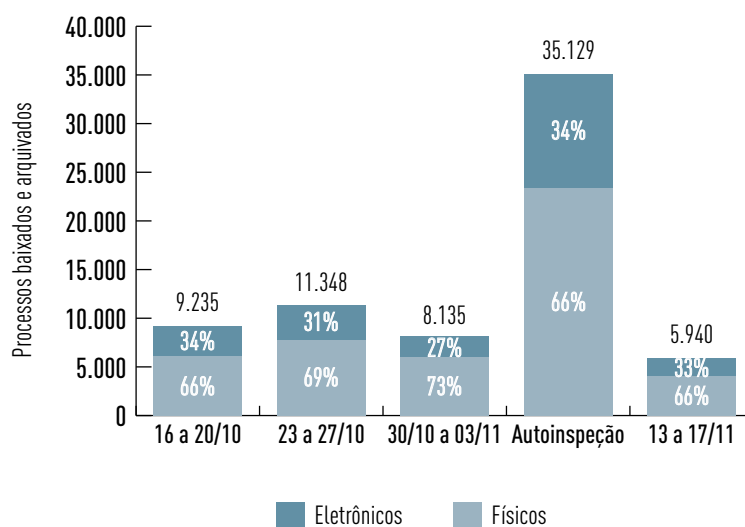
Resultados da Autoinspeção

Atos preparatórios + Semana de Autoinspeção Período de 16/10 a 17/11

| Processos baixados/arquivados | 1ª entrância | 2ª entrância | 3ª entrância | Total |
|-------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Físicos | 8.083 | 23.416 | 15.682 | 47.181 |
| Eletrônicos | 934 | 10.076 | 11.596 | 22.606 |
| Total | 9.017 | 33.492 | 27.278 | 69.787 |



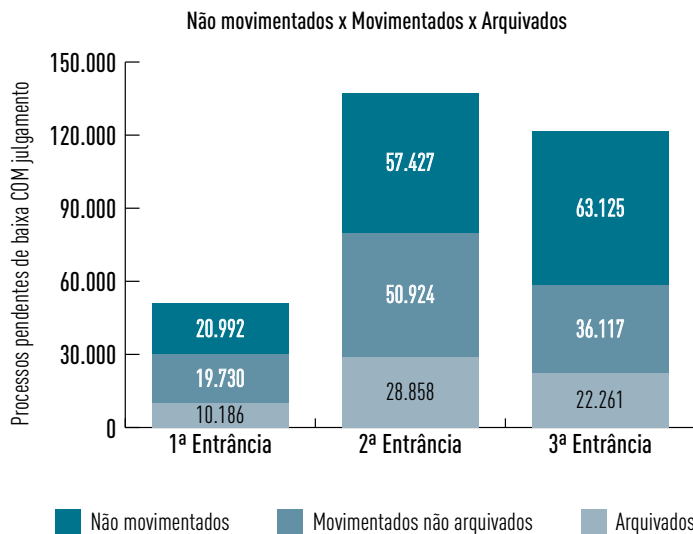
| | 16 a 20/10 | 23 a 27/10 | 30/10 a 03/11 | Autoinspeção | 13 a 17/11 | Total |
|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| Físicos | 6.070 | 7.790 | 5.970 | 23.343 | 4.008 | 47.181 |
| Eletrônicos | 3.165 | 3.558 | 2.165 | 11.786 | 1.932 | 22.606 |
| Total | 9.235 | 11.348 | 8.135 | 35.129 | 5.940 | 69.787 |



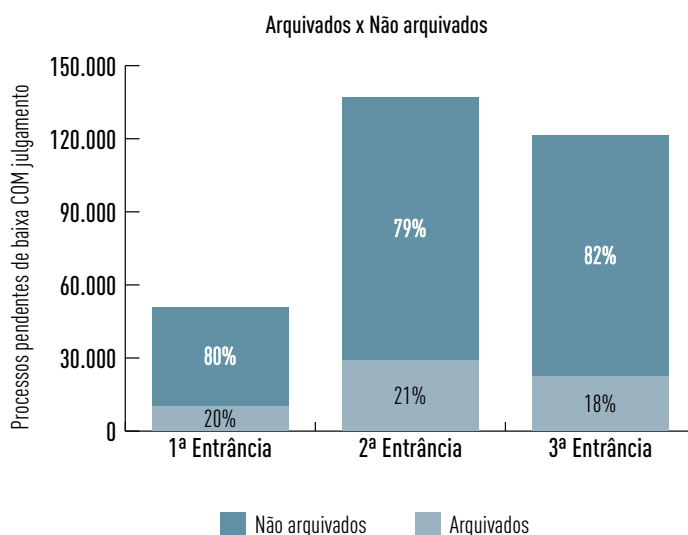
Atos preparatórios + Semana de Autoinspeção

Período de 17/10 a 10/11

| | 1ª entrância | 2ª entrância | 3ª entrância | Total |
|-----------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Arquivados | 10.186 | 28.858 | 22.261 | 61.305 |
| Movimentados não arquivados | 19.730 | 50.924 | 36.117 | 106.771 |
| Não movimentados | 20.992 | 57.427 | 63.125 | 141.544 |
| Total | 50.908 | 137.209 | 121.503 | 309.620 |



| | 1ª entrância | 2ª entrância | 3ª entrância | Total |
|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Arquivados | 10.186 | 28.858 | 22.261 | 61.305 |
| Não arquivados | 40.722 | 108.351 | 99.242 | 248.315 |
| Total | 50.908 | 137.209 | 121.503 | 309.620 |



gamento de processos foi dar posse a 63 novos juízes substitutos em Pernambuco. No total, foram aprovados 100 candidatos para o certame, realizado em 2015. A seleção pública durou um ano e envolveu diversas etapas, a exemplo de prova oral, prova de sentença e análise de títulos. No mês de janeiro de 2016, a Corte Especial do TJPE homologou o resultado final do concurso. No mês de fevereiro de 2016, 33 classificados foram empossados e, em novembro do mesmo ano, mais 20 tomaram posse. Em 6 de julho de 2017, houve a cerimônia de posse de mais dez magistrados.

O conjunto de ações desenvolvidas também foi fundamental para a evolução do cumprimento da Meta 1 do CNJ pelo TJPE, que ficou em primeiro lugar na região Nordeste nesse item. A Meta 1 determina o julgamento de uma quantidade maior de ações em fase inicial de tramitação do que as que foram distribuídas no ano corrente. O índice de cumprimento da meta no 1º grau foi em janeiro de 2016 de 91,47%, e em dezembro de 110,23%. No ano de 2017, o índice foi de 92,97% em janeiro para 105,71% em dezembro. No 2º grau, em 2016, o índice passou



Durante a gestão, 63 novos juízes substitutos tomaram posse no Tribunal de Justiça de Pernambuco

de 68,51% em janeiro para 85,11% em dezembro. E em 2017, foi de 75,37% em janeiro e de 93,79% no mês de dezembro.

Avanços significativos foram conquistados ainda no Núcleo de Precatórios com o programa de modernização implantado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco objetivando principalmente a redução do tempo de solução dos processos. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se a evolução tecnológica no gerenciamento eletrônico do pagamento de precatórios, as alterações normativas e os novos procedimentos adotados no gerenciamento do processo administrativo focado, principalmente, na regularidade dos requisitos de validade e formação. Com as medidas adotadas, ganhou-se em segurança, informatização, gestão e controle de processos, cujos frutos do trabalho serão colhidos a médio e longo prazo.

O processo de mudança no Núcleo começou mais especificamente a partir das alterações no regime especial em virtude da modulação da declaração de inconstitucionalidade da Emenda

Constitucional nº 62/2009, nos moldes delineados pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425. A partir de então, não mais se exigia a cobrança de parcelas anuais, mas aportes mensais de todos os entes devedores submetidos ao regime especial, com o percentual mínimo de comprometimento da Receita Corrente Líquida, ou suficientes à quitação até o termo final com a sobrevida do regime declarado inconstitucional, em dezembro de 2020, conforme determinado pelo STF. Em decorrência da nova sistemática, o acompanhamento da inadimplência passou a ser obrigatoriamente mensal, demandando a elaboração de um plano estratégico para imprimir maior eficiência ao controle dos processos administrativos instaurados para o acompanhamento da inadimplência e efetiva cobrança, culminando com a realização de sequestros sobre os recursos de quase todos os entes submetidos ao regime especial. A maior segurança no controle de pagamento e verificação da regularidade na formação



Parceria entre TJPE e Caixa Econômica Federal para desenvolvimento do Sope, formalizada no gabinete da Presidência do Tribunal

dos precatórios demandou a necessidade de informatizar completamente o setor.

Por meio do processo de informatização do setor destaca-se como evolução o desenvolvimento do Sistema de Ordem de Pagamento Eletrônico (Sope), realizado através de uma parceria entre o TJPE e a Caixa Econômica Federal. Regulamentado pela Instrução Normativa nº 17/2017 da Presidência do Tribunal, o sistema possibilitou o envio das ordens eletrônicas de pagamento do Judiciário para a Caixa Econômica Federal, assinadas digitalmente com a utilização de certificado digital, em lugar dos alvarás físicos, integrado para trabalhar em conjunto com a nova versão do webservice da Caixa Econômica Federal e o sistema de cálculos do precatório. O Sope ficou totalmente operacional em setembro de 2017, sendo a expedição de alvará na forma física exceção.

A implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) no Núcleo conferiu pioneirismo ao TJPE, pois nenhum outro Tribunal possuía o processo eletrônico em funcionamento no se-

tor de precatórios. Tal iniciativa culminou com a edição da Instrução Normativa TJPE nº 24, de 10 de outubro de 2017, a qual efetivamente implantou o Sistema de PJe no Núcleo para as requisições de Precatório, conforme disciplinado na Resolução nº 392, de 22 de dezembro de 2016. A edição desse normativo se deu diante da necessidade de melhorar o processamento e acompanhamento do precatório no âmbito do Judiciário, considerando o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais. Após a sua implantação, as ações conexas e seus respectivos incidentes, somente são permitidos através do PJe, disponibilizado no sítio eletrônico do Tribunal. Ademais, os precatórios e incidentes deles decorrentes recebidos anteriormente a esta Instrução Normativa continuarão tramitando fisicamente até ulterior deliberação.

Em continuidade ao trabalho de completa informatização do Núcleo de Precatórios, a Presidência do TJPE determinou a priorização no desenvolvimento do sistema de requisição

eletrônica, denominado Sistema Eletrônico de Requisição de Precatórios (Serprec), já em fase de desenvolvimento, teste e implantação. O Serprec permitirá o envio eletrônico dos ofícios de requisição, havendo no sistema a impossibilidade de envio incompleto, acarretando, consequentemente, em maior eficiência no processamento do documento na medida em que deverá diminuir significativamente o número de devoluções. Além disso, o Sistema já estará adaptado para a sua plena utilização no PJe, pois todos os arquivos digitalizados terão o mesmo formato e tamanho, planejando-se a futura integração ao sistema de cálculos e processo eletrônico.

O desenvolvimento do Núcleo também foi marcado pela implantação do Portal de Precatórios em observância as recomendações do Conselho Nacional de Justiça. O sítio de precatórios do TJPE foi completamente reformulado no ano de 2017. Tal mudança, além de cumprir ao que foi determinado pelo CNJ, teve como objetivo tornar muito mais fácil a comunicação com os entes devedores e os credores e beneficiários. No novo site é possível conhecer como funciona a sistemática de pagamento das dívidas da Fazenda Pública, os principais conceitos que envolvem a matéria e fazer consulta à jurisprudência, leis e normas específicas sobre o tema. Também se tem acesso a diversas informações objetivas para os entes devedores e os credores, possibilitando maior interação entre os usuários e as informações fornecidas pelo Tribunal pernambucano com uma navegabilidade fácil e acessível.

Durante a gestão (2016/2017) foram expedidos ao todo 3.469 alvarás físicos e ordens de pagamento pelo sistema (Sope), totalizando o pagamento de R\$136.176.760,95 (cento e trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma:

Alvarás expedidos por ente devedor

| Ente devedor | 2016 | % | 2017* | % |
|----------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| Estado de Pernambuco | 608 | 27,3% | 303 | 24,4% |
| Recife | 38 | 1,7% | 70 | 5,6% |
| Demais Municípios | 1.014 | 45,5% | 602 | 48,5% |
| INSS | 569 | 25,5% | 265 | 21,4% |
| Total | 2.229 | 100,0% | 1.240 | 100,0% |

Fonte: registros do Núcleo de Precatórios e Sistema de Ordem de Pagamento Eletrônico — SOPE
*Até 18/12/2017

Pagamentos efetuados

| Ente devedor | 2016 (R\$) | % | 2017* (R\$) | % |
|----------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Estado de Pernambuco | 3.171.044,76 | 6,7% | 12.862.005,52 | 24,4% |
| Recife | 176.308,57 | 0,4% | 33.557.689,35 | 5,6% |
| Demais Municípios | 33.518.858,18 | 70,6% | 39.045.021,95 | 48,5% |
| INSS | 10.630.081,00 | 22,4% | 3.215.751,62 | 21,4% |
| Total | 47.496.292,51 | 100,0% | 88.680.468,40 | 100,0% |

Fonte: Sistema PPRE
*Até 18/12/2017

Em reconhecimento ao trabalho como Tribunal que investe na excelência de produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, o TJPE recebeu do CNJ em 2016 e 2017, o Selo Justiça em Números Categoria Ouro, do CNJ. A entrega dos prêmios ocorreu em 5 de dezembro de 2016 durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, no Distrito Federal, e em 20 de novembro de 2017, durante o 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário, também em Brasília, no DF. O Selo Justiça em Números é conferido aos tribunais desde 2013, com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Justiça em Números.

Em reconhecimento ao trabalho como Tribunal que investe na excelência de produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, o TJPE recebeu do CNJ o Selo Justiça em Números Categoria Ouro por duas vezes

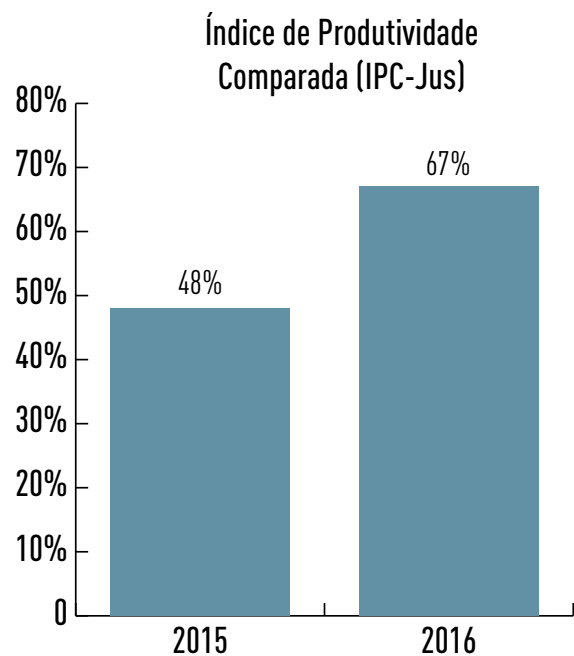


O relatório do Justiça em Números do CNJ aponta que o TJPE conquistou melhorias em quase todos os índices de produtividade com impacto direto nos serviços prestados à população. Em um ano, o TJPE alcançou a vice-liderança entre os dez tribunais de médio porte no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que era de 106,6% em 2015 e passou para 125% no ano de 2016. Ainda nesse quesito, consideradas todas as 27 Cortes estaduais, o Tribunal de Pernambuco está em 3º lugar. Tal classificação considera a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período.

Com a maior redução percentual entre todos os 27 tribunais estaduais do Brasil, o TJ pernambucano também melhorou com relação à Taxa de Congestionamento (TC). O índice que era de 80% em 2015 caiu seis pontos percentuais em 12 meses, ficando em 74% no ano de 2016. Outro destaque do TJPE no relatório Justiça em Números é o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) conjunto das áreas Judiciária e Administrativa. Nesse ponto, o Judiciário pernambucano teve o segundo

maior crescimento proporcional do país, saindo de 48%, em 2015, para 67% no ano-base 2016.

No geral, tanto no 1º quanto no 2º grau, o TJPE teve o terceiro maior crescimento proporcional no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) entre os 27 tribunais estaduais com variação de 35% entre 2015 e 2016. Entre os juízes de primeira instância, por exemplo, o indicador passou de 1.016 para 1.415 por magistrado, o que representa um aumento de 39,2%, sendo o quarto maior do Brasil. Sobre o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), houve um aumento de 40%, indo de 60 pontos a 84 pontos entre os anos de 2015 e 2016.



Com a maior redução percentual entre todos os 27 tribunais estaduais do Brasil, o TJ pernambucano melhorou com relação à Taxa de Congestionamento

Entre as exigências para recebimento do Selo Justiça em Números 2017, estava a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

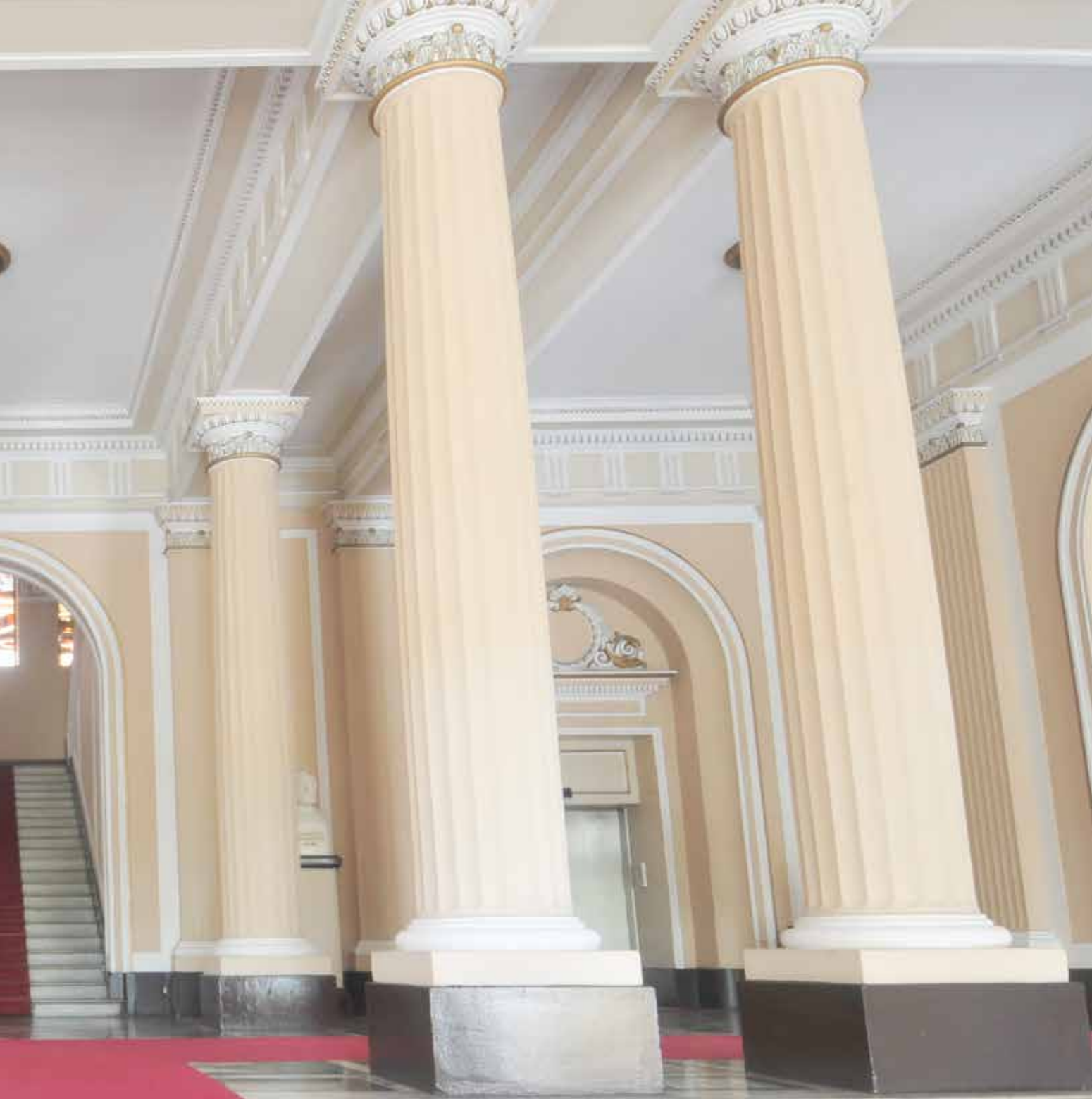
Outro item avaliado foi a implantação do Comitê Gestor Regional no Tribunal, conforme determina a Resolução CNJ 194, de 2014, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. A norma tem por objetivo fazer frente às dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da primeira instância, devido ao volume excessivo de ações para julgar e ao déficit de recursos mate-

riais e humanos. Os resultados obtidos pelo Tribunal integram estratégia elaborada entre todos os setores do TJPE por meio da Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan).

Com o objetivo de prestar amplo atendimento aos usuários, por exemplo, a atual gestão do Tribunal implementou a política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição. A medida busca melhorar a prestação de serviços em varas, juizados e turmas recursais do Estado, responsáveis por receber o maior volume de processos que ingressam na Justiça todos os anos. O TJ pernambucano também realiza esforços concentrados e incentiva conciliação entre as partes, em busca de pacificação das demandas, e investe nas áreas de informação e transparência.



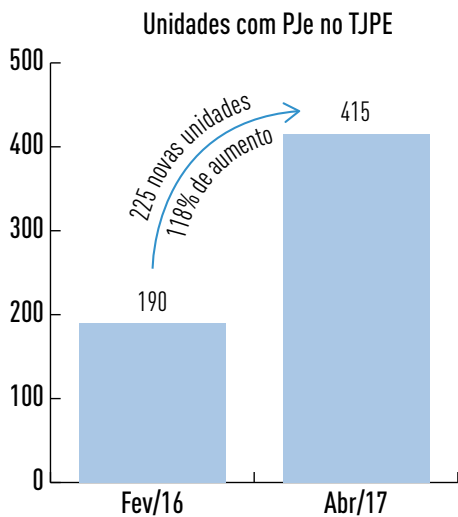
Em um ano, o TJPE alcançou a vice-liderança entre os dez tribunais de médio porte no Índice de Atendimento à Demanda (IAD)



**Disseminar
o processo eletrônico**

Em abril de 2017, o TJPE concluiu a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as unidades judiciárias cíveis do Estado, totalizando 415 órgãos julgadores nos 1º e 2º Graus de Jurisdição com o sistema PJe, em todas as Comarcas do Poder Judiciário pernambucano. A implantação abrange os processos de competência cível, da fazenda pública, de família e registro civil, acidentes de trabalho, sucessões e registros públicos, execuções extrajudiciais, executivos fiscais, cartas de ordem, cartas precatórias e rogatórias. Não estão abrangidos os feitos de competência criminal, ato infracional e Infância e Juventude.

No biênio 2016/2017, o sistema PJe foi implantado em 225 órgãos julgadores, o que representa um aumento de 118% no número de unidades judiciárias com o sistema. Destas implantações, 191 foram realizadas em unidades judiciárias de 1º grau e 34 de 2º grau.



Agilidade, transparência, segurança, economia e celeridade processuais, bem como o acesso ao Judiciário 24h por dia, são avanços conquistados com a implantação do sistema. Esses ganhos são uma realidade comprovada com o relatório Justiça em Números, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, que



Apresentação dos números do Processo Judicial eletrônico, que neste biênio foi implantado em 225 órgãos julgadores



Implantação do PJe no 2º Grau de Jurisdição no Tribunal de Justiça de Pernambuco



Desembargadores José Fernandes de Lemos, Leopoldo Raposo, Jovaldo Nunes e Frederico Neves que participaram durante as respectivas gestões do processo de implantação do sistema no TJPE

mostra que o Poder Judiciário de Pernambuco vem melhorando seus indicadores. Por exemplo, a redução do tempo médio do processo até a sentença, a diminuição da taxa de congestionamento e o aumento no índice de atendimento à demanda. Além do aumento da produtividade do magistrado.

Tempo médio dos processos até execução

| | 2016 | 2015 |
|---------|----------|-----------|
| 1º Grau | 4,4 anos | 6,11 anos |

Taxa de congestionamento

| | 2016 | 2015 |
|---------|-------|--------|
| 1º Grau | 78,1% | 84,15% |

Índice de atendimento à demanda (processos baixados/casos novos)

| | 2016 | 2015 |
|--------------------|--------|--------|
| 2º Grau | 92,4% | 84,4% |
| 1º Grau | 106,2% | 124,5% |
| Juizados Especiais | 143,3% | 121,2% |
| Turmas Recursais | 94,3% | 86,6% |

Produtividade (processos baixados/magistrado)

| | 2016 | 2015 |
|-------|-------|-------|
| Total | 1.363 | 1.012 |

Com relação ao acesso ao Judiciário, aproximadamente 50 mil advogados oriundos de diversos estados do país estão cadastrados no sistema PJe nos 1º e 2º graus, registrando que

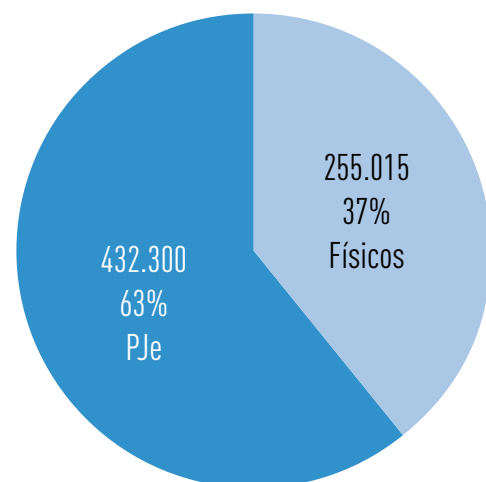
procuradores, promotores justiça e defensores públicos somam mais de 800 pessoas.

No início da gestão, fevereiro de 2016, haviam protocolados no sistema pouco mais de 468 mil processos eletrônicos. Este número foi multiplicado quase 2,5 vezes no acumulado até novembro de 2017, quando foram registradas 1.126.591 ações no sistema, sendo 1.076.552 no 1º grau e 50.039 no 2º grau. Com os números, o Judiciário pernambucano é o primeiro no país em quantidade de comarcas e órgãos julgadores com PJe e o segundo em quantidade de ações com tramitação eletrônica, ficando atrás apenas do estado de Minas Gerais.

Ainda no ano de 2017, o protocolamento de processos eletrônicos correspondeu a 63% do total de distribuições em todas as instâncias do TJPE, com significativo aumento do uso do sistema.

As conquistas alcançadas com o Processo Judicial eletrônico só foram possíveis com a participação dos diversos setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, entre eles o Comitê Gestor do PJe e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic).

Distribuições Processos TJPE Jan — Dez/17





**Fomentar a desjudicialização
e a atenção prioritária
a segmentos da sociedade**

O investimento na prática da conciliação e a priorização da resolução de processos com grandes demandas no Tribunal foram ações constantes durante o biênio 2016/2017. A resolução de conflitos de forma amigável e a priorização de determinados processos teve como objetivo principal fomentar a desjudicialização e dar celeridade à resolução de litígios. A Presidência do TJPE investiu numa política de atenção prioritária a segmentos da sociedade que necessitam de ações diferenciadas voltadas para o resgate da sua cidadania, como a população de mulheres e idosos.

Na gestão, foram promovidas duas Quinzenas de Apoio ao Idoso. Em 2016, no período de 3 a 18 de outubro, o Tribunal realizou a 3ª Quin-

zena Pernambucana de Apoio ao Idoso, para pessoas com 60 anos ou mais, na Central dos Juizados Especiais Cíveis da Capital, na Avenida Mascarenhas de Moraes, no bairro da Imbiribeira, no Recife.

Nas audiências foram avaliadas demandas cíveis e de relações de consumo, cujo valor da causa não excedesse a 40 salários mínimos, que incluíram indenização de qualquer natureza, planos de saúde, contratos bancários, acidentes de trânsito, danos morais decorrentes de relação de consumo e perdas e danos causados por um produto ou serviço. No evento, foram realizadas 382 audiências, movimentando R\$ 138.184,66 em indenizações. No total, houve a formalização de 157 acordos e a conclusão para sentença de 152 processos.

Em 2017, a Quinzena de Apoio ao Idoso foi promovida no período de 2 a 16 de outubro, em dois polos, buscando a descentralização da iniciativa. A ação, na sua quarta edição, foi promovida na Central dos Juizados Especiais Cíveis do Recife e na Câmara de Conciliação e Mediação da Comarca de Paulista. Ao todo, foram movimentados mais de 92 mil reais. Das 368 audiências agendadas, sendo 26 no Recife e 342 na cidade do Paulista, 363 foram realizadas.

Em relação ao desenvolvimento de políticas de apoio ao idoso, o Tribunal celebrou, ainda, um convênio com o Ministério Público de Pernambuco para a cooperação técnica no projeto Caravana da Pessoa Idosa, cujo objetivo é propiciar a contínua formação, por meio de capacitações e palestras, dos magistrados e servidores para potencializar o atendimento do público específico dos idosos.

A equipe de instrutores será formada por servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A metodologia das atividades será operacionalizada para melhor atender às necessidades e aos interesses dos idosos. A assinatura do termo aconteceu em outubro de 2017.



Na quarta edição, a Quinzena de Apoio ao Idoso foi promovida no Recife e em Paulista

Na área de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres o TJPE obteve avanços. De acordo com dados recentemente divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no relatório O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha, em 2016, foram quase 16,2 mil novos casos de violência encaminhados ao Judiciário no Estado. Durante o mesmo período, o TJPE foi o que mais proferiu sentenças criminais em casos de violência doméstica contra a mulher entre os tribunais dos nove estados nordestinos. Aproximadamente 16,3 mil decisões foram tomadas por juízes locais. Considerados os dez tribunais de médio porte do Brasil, a quantidade de sentenças no TJ pernambucano foi a segunda maior; no País, entre os 27 TJs, a Justiça de Pernambuco foi a quarta com maior número de decisões.

Ainda segundo o relatório, considerados os tribunais de médio porte, o TJPE ficou entre os três que mais emitiram medidas protetivas de urgência a mulheres, a exemplo do afastamento do agressor do lar ou da proibição de contato com a vítima. No total, 7,8 mil ações voltadas à proteção de vítimas de violência doméstica e familiar foram deferidas

em 2016. No Nordeste, Pernambuco foi o segundo com o maior número de decisões nesse sentido de proteção urgente. Em 2017, o número de medidas protetivas concedidas foi ainda maior chegando ao patamar de 8,9 mil. O número de decisões também aumentou indo de 16,3 mil em 2016 para 23,5 mil no ano de 2017. Já no

Em 2016, o TJPE foi o que mais proferiu sentenças criminais em casos de violência doméstica contra a mulher entre os tribunais dos nove estados nordestinos

2º grau, entre os desembargadores, houve um aumento no número de processos julgados de 2016 para 2017. Em 2016, foram 380 julgamentos enquanto em 2017 foram 418. Com relação a acórdãos, decisões terminativas e interlocutórias e despachos, em 2016 foram 643 no total. Enquanto em 2017, foram 792.

Atualmente, o TJPE possui dez unidades exclusivas para atendimento a demandas de violência no âmbito das relações doméstica, familiar e afetiva. São três Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDFMs) no Recife e outras sete instaladas em

Igarassu, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru e Petrolina. Essas unidades também desenvolvem programas psicossociais de apoio às vítimas e orientação a agressores, além de atividades educativas e de prevenção.

O número de VVDFMs instaladas em Pernambuco é igual ao de São Paulo, por exemplo. De acordo com o relatório do CNJ, o estado é um dos que mais têm Varas Exclusivas de Violência Doméstica e Familiar. As unidades judiciais das demais comarcas pernambucanas também estão aptas a receber ações relacionadas à violência doméstica contra a mulher. Além das decisões, as varas especializadas desenvolvem programas de prevenção, acolhimento, conscientização e apoio às vítimas e aos agressores, respeitada a legislação vigente. Dentre as atividades desenvolvidas nas próprias varas, ou em igrejas, associações, escolas e estabelecimentos de instituições parceiras, estão: Caminhos, Novo Acolher, Audiência de Acolhimento, (Re)Ciclo, Transformando Nós, Novos Rumos, Cine Mulher, Brincar de Paz e Conscientizar para Mudar.

O TJPE participou nesta gestão, ainda, de seis



A Semana da Justiça pela Paz em Casa, além de dar celeridade aos processos que envolvem violência contra a mulher, visa conscientizar a população sobre como proceder nos casos de violência doméstica

edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa. Instituída pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da ministra Cármen Lúcia, a iniciativa é realizada durante uma semana nos meses de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher; de agosto, mês em que foi publicada a Lei Maria da Penha; e de novembro quando é comemorado o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra a Mulher.

Além de dar celeridade aos processos que envolvem violência contra a mulher, a mobilização também visa conscientizar a população sobre como proceder em casos de

violência doméstica. No Tribunal, foram promovidas nesta gestão a IV, V, VI, VII, VIII e IX Semana da Justiça pela Paz em Casa. Nas seis edições, promovidas no Tribunal, foram realizadas 2.150 audiências de instrução e julgamento; e 278 preliminares de casos que envolvem violência ou grave ameaça à vida das mulheres em Pernambuco. Foram proferidas 2.135 sentenças, realizados 44 júris, além de serem concedidas 1.206 medidas protetivas e realizados 7.039 despachos nos processos em que mulheres são vítimas de violência doméstica.

Ainda no combate à violência doméstica, para dar

maior agilidade à aplicação de medidas protetivas, o Conselho da Magistratura do TJPE aprovou proposição. Segundo a proposição, após as medidas protetivas de urgência serem concedidas, as partes precisam ser notificadas pelo oficial de justiça em até 48 horas. As medidas protetivas – a exemplo de afastamento entre agressor e vítima de violência doméstica e familiar – estão previstas no artigo 22 da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. A proposta, aprovada em 4 de janeiro de 2018, foi apresentada pelo decano da Corte Estadual, desembargador Jones Figueirêdo.

| Resultados - Semanas da Justiça pela Paz em Casa IV a IX | | | | | | | |
|--|-------------|------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------|---|
| Audiências | | Júri | Sentenças | | Medidas Protetivas | Despachos | Quantidade de Processos em Trâmite no Estado* (*Dado da IX Semana) |
| Preliminar | Instrutória | | Com decisão de mérito | Sem decisão de mérito | | | |
| 278 | 2.150 | 44 | 1.437 | 698 | 1.206 | 7.039 | 46.543 |



Entre as ações apreciadas na Semana Nacional de Conciliação estavam dívidas com empresas de telefonia, plano de saúde e seguro; instituições bancárias e financeiras

A atuação do TJPE foi reconhecida nacionalmente. O Tribunal irá sediar o 10º Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) em novembro de 2018, em decisão tomada pelos participantes do 9º Fonavid, realizado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, nos dias 8 a 11 de novembro de 2017.

Na área da conciliação, especificamente, para fortalecer as atividades, a gestão implantou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), em março de 2017. O Núcleo foi criado para coordenar e executar todos os eventos, serviços e ações relacionados à conciliação. O acompanhamento contínuo da produtividade de magistrados, conciliadores e mediadores, com a produção de relató-

Nesta gestão, foram realizados 17.162 acordos, sendo homologados cerca de 330 milhões de reais

rios e estatísticas, serve como base na elaboração de ações e projetos que visam ao aperfeiçoamento do trabalho.

O setor é composto por 15 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), cujas unidades foram ampliadas com a inauguração de mais oito nesta

gestão setorizadas no Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Camaragibe, Afogados da Ingazeira, Salgueiro, Gravatá, Goiana, e no 2º Grau. Além de 31 Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação, sendo sete inauguradas neste biênio, as quais são Câmara Privada do Compaz Eduardo Campos, Câmara Privada do Compaz Ariano Suassuna, Câmara Privada de Conciliação da Faculdade Salesiana do Nordeste, Câmara Privada de Conciliação da Estácio do Recife, Câmara Privada de Conciliação da Joaquim Nabuco, Câmara Privada de Conciliação da Nova Roma, Câmara Privada de Conciliação de Toritama; e serviços de Conciliação, Mediação e Arbitragem, como a Central de Audiências da Capital. O Núcleo também engloba as cinco Casas de Justiça e Cidadania e o Programa Justiça Comunitária, este integrado por agentes comuni-

Conciliações realizadas pela gestão:

| Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — TJPE | |
|---|---------------------------|
| Resumo estatístico das unidades: CEJUSCS, Casas de Justiça e Cidadania, Câmaras de Conciliação, Proenvidados, Jornadas Conciliatórias e Central de Audiências, no período de fev/2016 a 12/12/2017. | |
| 2016 — 2017 | Total |
| Sessões Marcadas | 62.601 |
| Sessões Realizadas | 49.652 |
| Acordos Efetuados | 17.162 |
| % Acordos Efetuados | 34,5% |
| Valores Homologados | R\$ 329.664.489,13 |

*Dados extraídos no sistema TJPE Reports, em 12/12/2017



Foram promovidos esforços concentrados de perícias médicas e de conciliações DPVAT, além de movimentação dos sistemas Judwin e do PJe o que deixou o arquivo reduzido em 95% em relação ao início da gestão

tários de Justiça e Cidadania, além de atividades voltadas a consumidores endividados ou com processos relacionados a seguro de acidentes de trânsito. No total, as unidades que compõem o Nupemec realizaram, neste biênio, 49.652 audiências, efetuando 17.162 acordos, o que corresponde ao índice de conciliação de 34,5%. Ao todo, foram homologados aproximadamente R\$329,7 milhões em acordos.

Por meio da Gerência de Tratamento de Demandas Repetitivas, o Nupemec realizou um trabalho de agilização e

saneamento de cerca de 12 mil processos relacionados ao Seguro de danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (DPVAT). Na prática, foram promovidos esforços concentrados de perícias médicas e de conciliações DPVAT, além de movimentação dos sistemas Judwin e PJe. Atualmente, o acervo encontra-se reduzido em, aproximadamente, 95% do total. Em 2017, a Gerência de Demandas Repetitivas realizou uma média de 49,3% em acordos homologados através da promoção de seis jornadas conciliatórias no Estado.

O Tribunal realizou um trabalho de agilização e saneamento de cerca de 12 mil processos relacionados ao DPVAT

Os números de acordos também foram relevantes nas duas edições da Semana Nacional de Conciliação promovidas pelo TJPE em parceria com o CNJ. Entre as ações apreciadas, estavam dívidas com empresas de telefonia, plano de saúde e seguro; instituições bancárias e financeiras; e concessionárias de serviço público,

a exemplo dos produtos energia elétrica e água. Também foram resolvidos processos relacionados a divórcio, pensão alimentícia, inventário, investigação de paternidade, crimes de menor potencial ofensivo, parcelamento de débitos, taxas de condomínio, acidentes com veículos, entre outros.

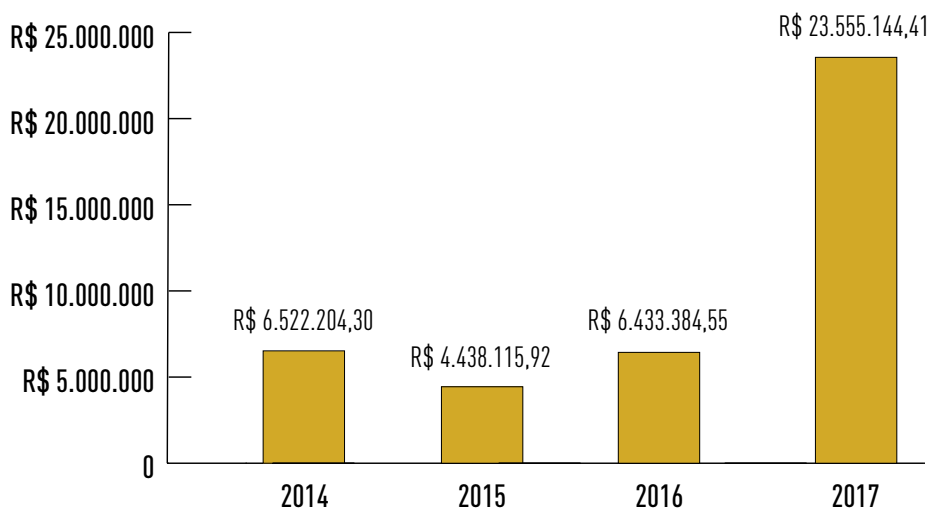
A 11ª edição aconteceu de 21 a 25 de novembro de 2016. Das 6.457 audiências realizadas, 37% resultaram em acordo com validade de decisão judicial. No total, R\$6,4 milhões foram homologados nas negociações. Já a 12ª Semana Nacional de Conciliação foi promovida de 27 de


novembro a 1º de dezembro de 2017 marcando o melhor número de valores homologados no Tribunal em relação às edições anteriores. Ao todo, foram realizadas 8.094 audiências, resultando em 48% de acordos e R\$23,5 milhões homologados nas negociações. As sessões de conciliação foram promovidas nas Varas e nos Juizados Cíveis e Criminais, nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos de Pernambuco e nas Câmaras Privadas de Conciliação instaladas em todas as regiões do Estado. Ao todo, 400 magistrados aderiram à 12ª Semana Nacional de Conciliação.

A 12ª Semana Nacional de Conciliação marcou o melhor número de valores homologados no Tribunal em relação às edições anteriores. Ao todo, foram 8.094 audiências, resultando em 48% de acordos e 23,5 milhões de reais homologados

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Audiências agendadas | 6.739 | 5.523 | 14.115 | 17.191 |
| Audiências realizadas | 4.981 | 4.105 | 6.457 | 8.094 |
| Total de acordos homologados | 2.481 | 2.038 | 2.402 | 3.902 |
| Índice de acordos | 50% | 49% | 37% | 48% |
| Total dos valores homologados | R\$ 6.522.204,30 | R\$ 4.438.115,92 | R\$ 6.433.384,55 | R\$ 23.555.144,41 |

Semana Nacional de Conciliação — Valores Homologados



The image shows a grand, ornate interior space, likely a legislative chamber or a formal meeting room. The ceiling is the central focus, featuring a large octagonal recessed area with multiple decorative layers of gold-painted moldings and intricate carvings. A large, multi-tiered chandelier hangs from the center of the ceiling, casting a warm glow. Below the ceiling, the walls are also decorated with classical architectural elements, including columns and cornices. Three windows with dark red curtains are visible in the background. In the lower-left corner, a portion of a flag is visible. A semi-transparent blue banner is overlaid at the bottom of the image, containing white text.

**Garantir a confiabilidade,
integralidade e disponibilidade
dos serviços de TIC**

A tecnologia foi uma grande aliada no desenvolvimento das ações do Judiciário. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Judiciário estadual pernambucano (Setic) cumprindo sua missão institucional, realizou diversas iniciativas da gestão no biênio 2016/2017. A continuidade na expansão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi o alicerce das ações da Setic, a qual contribuiu significativamente na implantação do sistema nas comarcas do Interior do Estado e no 2º grau da Capital.

Para suportar o crescimento da utilização do PJe, foram realizadas diversas melhorias na infraestrutura de Tecnologia da Informação. Entre elas pode-se destacar: a continuidade na ampliação e modernização da Central de Processamento de Dados (Datacenter) com a construção do Anexo da Setic na cidade de Camaragibe e a instalação do Datacenter no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano; a aquisição de computadores, notebooks, scanners; a ampliação da capacidade de armazenamento de dados, da capacidade dos links do interior e da capa-



Implantação do Datacenter no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano com a presença do desembargador Leopoldo Raposo e da secretária de TIC, Juliana Neiva

cidade do link de internet de 60 para 300MB garantindo maior acesso aos serviços.

Além de contribuir para a realização das metas relacionadas ao PJe, foram viabilizadas outras iniciativas, tanto na área judicial quanto na área administrativa do TJPE. É o caso das instalações do Projeto Justiça Libertadora, que recebeu suporte de infraestrutura tecnológica, e da Central de Audiências do Fórum do Recife que além de receber o suporte de infraestrutura computacional pode contar também com um sistema de gestão dos agendamentos de audiência.

A Secretaria de Tecnologia também ajudou na modernização do Núcleo de Precatórios onde entregou o Sistema de Ordem de Pagamento Eletrônico (Sope), com integração com a Caixa Econômica Federal, além de im-

plantar o PJe para tramitação de Precatórios e iniciar o desenvolvimento da ferramenta de Requisição Eletrônica de Precatórios garantindo, assim, mais agilidade, melhor controle, segurança e transparência na gestão de pagamentos de precatórios pelo TJPE.

Também foram desenvolvidos o Sistema de Controle de Frequência, em parceria com a Presidência, Secretaria de Gestão de Pessoas e Setic; e o Controle de Acesso, pela Assistência Militar, visando a melhorar o gerenciamento e disciplinar o uso efetivo das horas de trabalho dos servidores deste Tribunal. Garantindo dessa forma o efetivo cumprimento da jornada de trabalho e racionalização de horas extraordinárias de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Nesta gestão, também foi implantado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

em substituição ao Sispe. Esse novo sistema tornou a tramitação de documentos administrativos totalmente eletrônica. Atendendo ao objetivo da Política de Sustentabilidade e tornando a tramitação mais segura e ágil.

Na busca pela melhoria da comunicação institucional, a Setic implantou uma nova plataforma de correio eletrônico em substituição ao TJPE-Mail, o Zimbra. Essa nova plataforma permite ao usuário gerenciar, além de e-mails, calendário, tarefas e arquivos. O Webmail do Zimbra é compatível com a maioria dos navegadores disponíveis atualmente no mercado e também permite o acesso mobile (via celular), inclusive com agenda sincronizada de contatos e calendário para funcionar nos sistemas Android e iOS. Junto com a modernização da plataforma a Setic disponibilizou maior espaço de armazenamento (2GB).

Atendendo a solicitações externas e internas bem como a um objetivo estratégico da gestão, “Facilitar o acesso à Justiça”, a Setic implantou o acesso à Internet via wi-fi para o público geral, magistrados e servidores nas dependências do Fórum Rodolfo Aureliano e do Palácio da Justiça.

Outras iniciativas do Judiciário amparadas pela Setic:

- Desenvolvimento e implantação da Nova Consulta Processual Unificada;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Controle de Temas (BNPR), atendendo a demanda da 2ª Vice-Presidência e do Conselho Nacional Justiça;
- Desenvolvimento do Sistema de Consulta de Medidas Protetivas, atendendo a demanda da Coordenação da Mulher;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Controle dos Plantões, atendendo a demanda da Diretoria do Fórum da Capital;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Controle da Arrecadação das Custas Judiciais (Sicajud);
- Desenvolvimento e implantação de ferramenta biométrica para acompanhamento dos apenados da Vepa;
- Implantação do Sistema Eletrônico de Execuções Unificado do CNJ nas Varas de Execução Penal (SEEU);
- Implantação do Sistema de diárias com melhorias no fluxo do processo de gestão das diárias no TJPE;
- Início da implantação do PE Integrado, atendendo as demandas da SAD do Estado;
- Implantação de videoconferência para realização de audiências entre o Tribunal do Júri da Capital e o complexo prisional Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALB);
- Implantação de infraestrutura tecnológica para funcionamento dos Polos de Audiência de Custódia no Estado;
- Expansão do Sistema de Gravação de Audiências (110 unidades contempladas);
- Doações de bens inservíveis para 27 entidades públicas e beneficentes (+ 5.000 itens doados)



Presidente Leopoldo Raposo e o assessor da Presidência, juiz José Alberto Freitas, acessando a rede wifi do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Como fruto de todo trabalho de modernização tecnológica, de gestão e governança de TIC, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação se classificou por duas vezes em primeiro lugar entre os tribunais de médio porte no país em estudos realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que avaliou o progresso tecnológico da Justiça brasileira, nos anos de 2016 e 2017.

A primeira pesquisa foi publicada em dezembro de 2016 no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Já a segun-

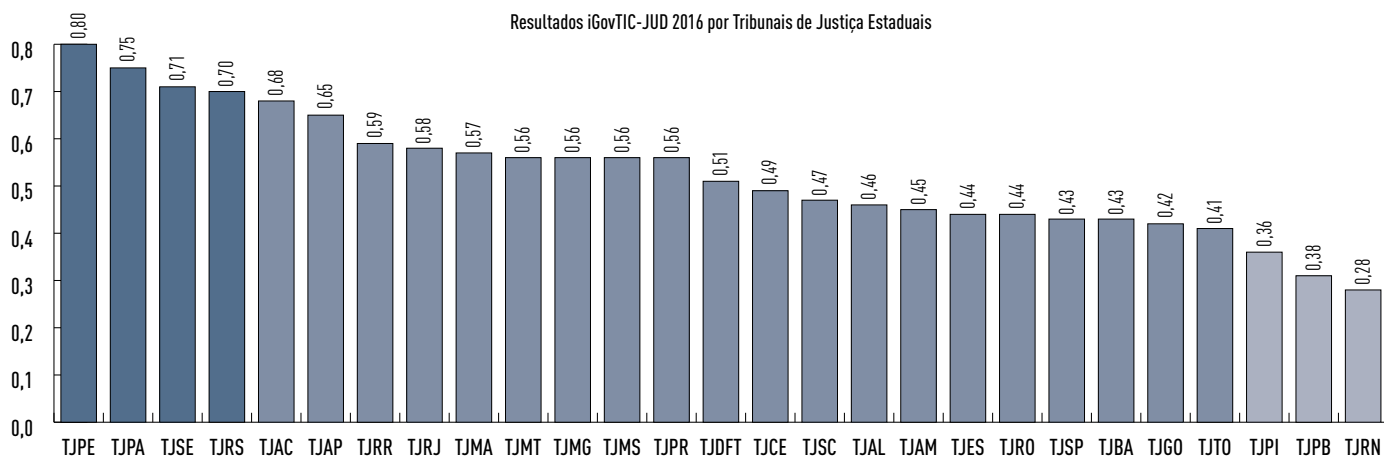
A Setic se classificou por duas vezes em primeiro lugar entre os tribunais de médio porte no país em estudos realizados pelo CNJ

da, foi divulgada em novembro de 2017. As avaliações foram feitas de acordo com as informações prestadas ao Conselho por todos os órgãos judiciários do país, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

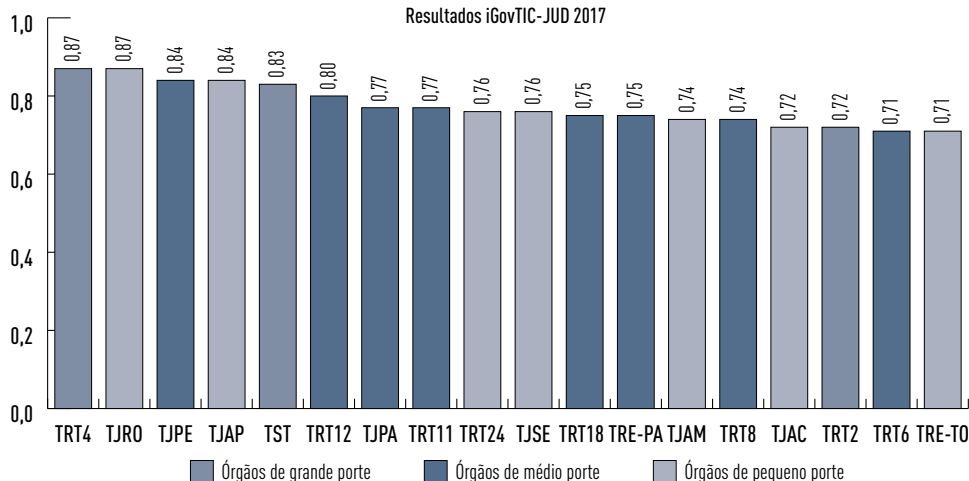
O desempenho da área de tecnologia de informação

e comunicação de cada um dos tribunais foi avaliado nas seguintes categorias: "Baixa", "Satisfatória", "Aprimorada" ou "Excelência". A Secretaria de Tecnologia do TJPE conquistou a avaliação de desempenho de TIC considerada "Aprimorada" pelo CNJ. O cálculo desse índice foi concebido pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, composto por representantes dos tribunais superiores, da Justiça Estadual, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do CSJT.

Resultados iGovTIC-JUD 2016 por Tribunais de Justiça Estaduais



Resultados iGovTIC-JUD 2017



■ Órgãos de grande porte ■ Órgãos de médio porte ■ Órgãos de pequeno porte



Valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e magistrados

Com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional e ampliar a força de trabalho dos servidores, buscando dividir as atividades de forma mais equitativa, o TJPE promoveu o concurso para provimento de cargos de servidor público por meio do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), vencedor de processo licitatório. Foram oferecidas 109 vagas, sendo 60 para técnicos de nível médio e 49 para analistas de nível superior – distribuídas em 15 polos do Estado. Cinco por cento delas foram destinadas a pessoas com deficiência e 20% para negras respeitadas as condições do edital. No total, foram quase 180 mil inscritos. O certame foi realizado no dia 15 de outubro de 2017. O concurso terá validade de dois anos a partir da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

A promoção da saúde dos servidores também figurou entre as principais ações desenvolvidas pela gestão. Dentre as medidas adotadas houve a priorização da iniciativa Plantão + Saúde. O projeto é uma ação educativa de promoção e prevenção em saúde, realizada por uma equipe multidisciplinar, através de orientações individu-



Atendimento do Programa Plantão + Saúde que beneficia servidores em todo o Estado

ais e mini-palestras, visando proporcionar uma melhora no bem-estar e qualidade de vida dos magistrados, servidores e colaboradores do TJPE. Ao todo, 1.619 servidores foram beneficiados pela iniciativa nas comarcas de Cabo de Santo Agostinho, Carpina, Paudalho, Gravata, Bezerros, Vitória de Santo Antão, Goiana, Limoeiro e Ipojuca.

Durante as ações, profissionais da Diretoria de Saúde realizam aferição da pressão arterial, promovem orientação para prevenção e controle da hipertensão, verificam histórico

Ao todo, 1.619 servidores foram beneficiados pela iniciativa nas comarcas de Cabo de Santo Agostinho, Carpina, Paudalho, Gravata, Bezerros, Vitória de Santo Antão, Goiana, Limoeiro e Ipojuca

de saúde e fazem avaliação cardiovascular, prevenção e diagnóstico precoce de câncer bucal. A equipe ainda fornece orientações odontológicas a grupos de risco, orientação postural, incentiva a prática de alongamentos, orienta sobre as diretrizes de alimentação saudável e promove bate-papo sobre estresse. O Plantão + Saúde conta com uma equipe multidisciplinar formada por médico, enfermeira, técnica de enfermagem, dentista, psicóloga, nutricionista e fisioterapeuta. E, uma vez por mês, esses profissionais realizam a ação de forma gratuita e preventiva, inclusive, prestando orientação e acompanhamento aos servidores que se enquadram em grupos de risco.

Na prevenção e tratamento de doenças, o TJPE também instituiu uma campanha, em janeiro de 2017, para a realização de Exames Periódicos (EPs) para servidores



A adoção de hábitos saudáveis é estimulada para prevenir problemas de saúde

efetivos e ativos. Os EPs são compostos por avaliação clínica e exames laboratoriais. O objetivo é avaliar o estado de saúde dos membros do Judiciário estadual, visando identificar possíveis alterações, relacionadas ou não, com as atividades laborativas e/ou com o ambiente de trabalho e, assim, promover a prevenção, a detecção precoce e o tratamento de doenças, com foco na reabilitação da saúde e na busca pela qualidade de vida. A ação de saúde segue um cronograma que tem como base a data de aniversário dos servidores e magistrados.

O tratamento de servidores e magistrados acometidos por enfermidades na instituição e a adoção de práticas para reduzir o absenteísmo foram intensificados. Com essa proposta, servidores

e magistrados com licenças por mais de 90 dias relacionadas a transtornos mentais e comportamentais passaram a ser acompanhados por uma equipe multidisciplinar formada por médicos peritos, psicólogos e assistentes sociais. Em paralelo, houve uma análise mais criteriosa com o pedido de pareceres por médicos especializados, quando necessário, nos casos dos cinco maiores CIDs (Classificação Internacional de Doenças), que são: transtornos mentais e comportamentais; doenças osteomusculares; lesões, traumas e envenenamento; neoplasias; e problemas nos olhos e ouvidos.

Nesse sentido, também houve uma maior análise dos médicos peritos para verificar, comprovar e esclarecer as licenças dos servidores das

comarcas do Interior. Todos os dados estatísticos, com os principais CIDs, são analisados para a promoção de ações voltadas ao estudo das causas e prevenções do absenteísmo. As ações resultaram numa redução do absenteísmo por afastamento de servidores e magistrados de 45.894 dias em 2016 para 37.642 dias em 2017, ou seja, o índice de absenteísmo de 5,12% em 2016 caiu para 4,15% no ano de 2017. No total, foram realizadas 2.591 perícias médicas.

Para otimizar o trabalho e o gerenciamento da frequência dos servidores, o Tribunal instituiu o Sistema de Controle de Frequência, que começou a funcionar a partir de 6 de novembro de 2017. Por meio do sistema, o servidor poderá conferir sua folha de frequência, acompanhar o gerenciamento de horas trabalhadas e verificar seus abonos. Os gestores têm acesso à folha de frequência de todos os servidores da sua unidade e podem conceder abono nas situações previstas através do site do Tribunal. A frequência dos servidores é controlada por meio de catracas, com o sistema de leitura de digitais, que foram instaladas no Palácio da Justiça, Edifício Paula Baptista, e Fóruns Desem-

bargador Rodolfo Aureliano e Thomaz de Aquino. Nos locais onde não há catraca, o controle é feito virtualmente, através da Intranet. Com a implantação do sistema, a Presidência do TJ tem uma visão gerencial dos servidores como um todo, além do funcionamento do banco de horas.

A capacitação de magistrados e servidores foi também uma prioridade da gestão do desembargador Leopoldo Rapposo. Em 2016, foram promovidos, de forma presencial, 23 cursos para 464 magistrados, e no ano de 2017 foram 19 cursos presenciais para 462 magistrados. Já para os servidores, em 2016, foram promovidos cursos de forma presencial para 7.116 pessoas e por meio do Ensino à Distância (EaD) para 591 servidores, totalizando 7.707 capacitações. E, no ano de 2017, foram 5.609 servidores capacitados por cursos presenciais, e 4.696 por meio de EaD, totalizando 10.305 servidores.

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCVV) do TJPE foi executado com o pagamento de mais duas etapas da progressão. A iniciativa consiste na movimentação do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo de um padrão para o seguinte dentro da mesma classe, e do último pa-

drão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte. A progressão foi regulamentada pela Resolução nº 381/2015, de 4/11/2015, com alterações a partir da publicação da Resolução 386/2016, de 6/7/2016.

Para completar o programa de progressão, os servidores deverão percorrer cinco classes que são divididas em 21 padrões. Anualmente, o servidor progride de um padrão para o outro, desde que tenha cumprido todos os requisitos exigidos, que são: possuir um ano de efetivo exercício, ter 40 horas de curso de capacitação no último ano, obter o conceito "apto" na Avaliação de Desempenho, não possuir punição, nos últimos dois anos, em

Pelo reconhecimento ao trabalho relevante que desenvolvem no Tribunal, os servidores que completaram 25 anos de serviços prestados receberam o prêmio Prata da Casa

processo disciplinar, com pena superior à de repreensão, e não possuir falta injustificada no último ano. Em 2016, progrediram 6.352 servidores e, em 2017, foram 5.353 servidores, totalizando 11.705 progressões. Também houve aumento no valor do auxílio-alimentação e a inclusão do auxílio-saúde.

Pelo reconhecimento ao trabalho relevante que desenvolvem no Tribunal para a população, os servidores que completaram 25 anos de serviços prestados ao TJPE receberam o prêmio Prata da Casa, no Fórum do Recife. As cerimônias foram realizadas em comemoração ao Dia do Servidor Público, agraciando 58 servidores em 2016 e 258 em 2017. A competência, o empenho e a dedicação de cada servidor na prestação de serviços foi ressaltada pela Presidência durante os eventos, que enfatizou o papel determinante de todos na conquista dos bons resultados alcançados pelo Judiciário estadual pernambucano no CNJ.

Os servidores, que completaram 25 anos, receberam o prêmio Prata da Casa





Otimizar a qualidade do gasto público e fomentar práticas sustentáveis



Feira orgânica, que promove a comercialização de produtos orgânicos, como hortaliças e tubérculos, durante a Semana do Meio Ambiente realizada no Tribunal

Inserido numa política de valorização do meio ambiente, da promoção de práticas sustentáveis e da otimização dos gastos públicos, o Tribunal implementou o Plano de Logística Sustentável (PLS/TJPE), cujo objetivo é a construção de um novo modelo de cultura institucional, a fim de que fossem adotados critérios de sustentabilidade e economicidade para as atividades da administração pública do Judiciário.

Dentre as ações incentivadas estavam: o estímulo a implementação de iniciativas para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; a promoção da gestão integrada de resíduos pós-consumo, incluindo a destinação ambientalmente correta; a melhoria da qualidade do gasto público através da eliminação do desperdício e da otimização contínua da gestão dos processos; o estímulo à implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; a inserção no TJPE da coleta dos resíduos recicláveis; e a promoção do reaproveitamento de materiais, passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, que tenham sido rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública.

Nesse contexto, o Tribunal implantou, na gestão, feiras de produtos orgânicos na Central dos Juizados Especiais da Capital, no bairro da Imbiribeira, no Centro de Saúde Desembarga-

dor Ângelo Jordão, no Bairro do Prado, no Fórum Desembargador Henrique Capitulino, em Jaboatão dos Guararapes, e no Fórum Lourenço José Ribeiro, em Olinda. A iniciativa promove a comercialização de produtos orgânicos, como hortaliças e tubérculos, além de outros produtos que fortalecem a economia solidária e sustentável. A ação conta com a participação de agricultores devidamente cadastrados no Ministério da Agricultura e fiscalizados pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro). As feiras orgânicas já aconteciam no Recife: no Fórum Paula Baptista e no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano.



Práticas sustentáveis especificadas em palestras para servidores e magistrados do Judiciário estadual pernambucano

Com a proposta de atender questões como mobilidade urbana, preservação do meio ambiente, entre outras, que permeiam o Plano de Logística Sustentável da instituição, o Tribunal lançou em dezembro de 2017 o Programa Carona Solidária por meio da Portaria 43/2017

A ação oferece dez vagas de estacionamento na Praça da República, na área destinada ao Poder Judiciário de Pernambuco, para servidores que promovam carona, de segunda a sexta-feira, para mais dois colegas do Tribunal. Além disso, foram disponibilizadas dez vagas na garagem do TJPE, situada no Cais do Apolo, Bairro do Recife, e 20 vagas no Fórum Rodolfo Aureliano, nas mesmas condições.

Para monitorar as ações em todos os setores, o Tribunal conta com o trabalho do Comitê Gestor de Sustentabilidade Legal e da Comissão Gestora do PLS, com a finalidade de planejar, elaborar e acompanhar medidas, com fixação de metas anuais, visando a correta recuperação e preservação do meio ambiente.

Parcerias importantes foram estabelecidas na promoção de práticas sustentáveis como a que ocorreu com a implantação do projeto Horta em

todo canto, idealizado pelo Governo do Estado. O projeto é coordenado pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (Caisan-PE). A ideia consiste na criação de hortas em prédios públicos para o cultivo de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Em reunião realizada no dia 3 de outubro de 2017, no gabinete da Presidência, o TJPE aderiu à iniciativa e no dia 18 de outubro começou a desenvolver o projeto no Fórum de Arcoverde.

Sobre o cultivo de horta no meio urbano, a ação destaca os diversos benefícios para as pessoas, como o estímulo a alimentação saudável, consciência ambiental e qualidade de vida. Durante a cerimônia de implantação do projeto no Fórum de Arcoverde, cada servidor que esteve presente passou por avaliação física, realizada pela equipe da Secretaria de Saúde. A avaliação objetivava demonstrar qual o condicionamento físico atual do indivíduo, bem como apontar quais as atitudes cotidianas que podem ser adotadas para melhorar a qualidade de vida e a saúde.

No plano de execução de obras, o Tribunal investiu em ações que focavam também na preservação dos recursos e do meio ambiente e



A implantação do projeto Horta em todo canto no Fórum de Arcoverde, na região Sertão do Estado

na redução de gastos, com construção de reservatório para reuso de água na maioria das comarcas. Nesse contexto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco implantou a primeira Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife, em novembro de 2017.

O equipamento tem capacidade para tratar até 280 mil litros de esgoto por dia. A água obtida através do esgoto tratado é utilizada em atividades secundárias, a exemplo de irrigação de jardins, lavagem de caixa de lixo, manutenção de calçadas e combate a incêndios inicialmente no Fórum Rodolfo Aureliano. A estação de efluentes também será utilizada na nova estrutura da Escola Judicial do Tribunal, inaugurada no dia 2 de fevereiro de 2018, ao lado do Fórum. A estação tem uma projeção anual de aumento de capacidade de até 5%, com previsão de atendimento ao Tribunal de Justiça por até dez anos. A próxima unidade a receber a Estação será o Fórum de Jaboatão dos Guararapes.

As reformas e construções de prédios realizadas em 2016 e 2017 impactaram na manutenção da estrutura do Tribunal. Com fóruns em 150 comarcas, incluindo quatro grandes prédios no Recife por onde circulam 13.200 pessoas diariamente, e a entrega de prédios de grande porte como os fóruns de Serra Talhada, Arcoverde, Goiana e Tracunhaém, o TJPE teve que implantar um sistema mais aprimorado de gestão para evitar desperdícios, denominado PDCA de gerenciamento: Planejamento, Execução, Verificação e Correção.

O plano inclui uma mudança do organograma da Diretoria de Infraestrutura para adequação às estratégias de acompanhamento

Entre as medidas adotadas para garantir a redução de custos incluídas no Plano de Logística também estava a padronização dos fóruns construídos



Implantação da primeira Estação de Tratamento de Efluentes do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

de gastos. Foi eleito um gestor responsável para fazer o acompanhamento de cada novo projeto gerenciado pela Diretoria. Criou-se também o conceito de que cada colaborador das áreas executivas seria responsável por definir reduções de aquisições de insumos e pela adequação da mão de obra contratada (terceirização), sendo também responsável por todas as atividades relacionadas à

execução e ao acompanhamento das metas sugeridas pelas unidades e deliberadas pela Presidência do TJPE. Dessa forma, no fim do exercício, foi garantida uma execução plena do orçamento. Atualmente é possível saber o curso operacional de cada comarca, desde magistrados e servidores

lotados até o uso de copos descartáveis.

Entre as medidas adotadas para garantir a redução de custos incluídas no plano também estavam a padronização dos fóruns construídos, para facilitar a manutenção; projetos de construção de novos prédios com requisitos mínimos para a efici-

ência energética, levando em consideração análise das condições climáticas locais, uso de luminárias de alto rendimento, ventilação e iluminação natural; aquisição de equipamentos de baixo consumo; implantação de processos de transferência e equalização de cargas elétricas ao longo do dia, permitindo assim recontratar as demandas elétricas em patamares até 30% inferiores aos que estão sendo praticados; além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente. Com as campanhas de conscientização houve também uma redução no consumo de papel no ambiente de trabalho. Enquanto em 2015, o consumo era de 8,41 resmas por servidor/magistrado, em 2017 foi de 7,31 resmas. A própria expansão do PJe também ajudou a reduzir gastos com consumo de papel e correspondências, uma vez que grande parte passou a ser feita por meio eletrônico.

O setor de correspondência do Tribunal, referente a postagens, remessas de correspondências, documentos e volumes, teve uma economia relevante de gastos entre 2016 e 2017, equivalente a R\$ 1,017 milhão. A redução de custos resulta, dentre outras medidas, da decisão tomada pela gestão do desembargador Leopoldo Raposo em realizar convênios com órgãos públicos tais como Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e Prefeitura do Recife para transferir aos mesmos as obrigações inerentes às notificações processuais. Além disso, no Tribunal é orientada a utilização do PAC (encomenda econômica) em casos que não necessitem do envio por Sedex. A orientação é que o Sedex seja usado apenas em encomendas ou cartas com caráter de

O setor de correspondência do Tribunal, referente a postagens, remessas de correspondências, documentos e volumes, teve uma economia relevante de gastos entre 2016 e 2017, equivalente a R\$ 1,017 milhão

emergência. O PAC chega a ser 1/3 mais barato que o Sedex.

As ações de racionalização de insumos e planejamento de gastos ajudaram o TJPE a concluir 2016 com o mesmo valor orçado em 2005 para a manutenção da infraestrutura do aparelho Judiciário, R\$ 53,4 milhões. Apesar do acumulado da inflação nos últimos 12 anos, consideran-

do o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ser de 100%, repercutindo nos preços dos serviços prestados ao Tribunal e produtos adquiridos, a Justiça pernambucana conseguiu reduzir contas com energia elétrica, água, combustível, correspondência e insumos, como papel. O TJPE também conseguiu gastar menos do que a previsão inicial, executando 88% do orçamento de R\$ 60,7 milhões para a infraestrutura em 2016. Em 2017, o Tribunal continuou a gastar menos do que a previsão inicial para o ano. Dos R\$ 68,8 milhões previstos foram gastos R\$ 59,5 milhões, o que equivale a execução de 86,57% do orçamento.

A otimização dos gastos públicos no TJPE passou também pelas mudanças realizadas na Gerência de Manutenção que teve implementados mecanismos de logística e descentralização de equipes de apoio multifuncionais, o que permitiu um controle e regulação das ordens de serviço demandadas. Os custos no que diz respeito a deslocamento de pessoal foram reduzidos, considerando a criação de polos com profissionais lotados nas bases de Caruaru, Garanhuns e Petrolina, para atender com mais celeridade os pleitos dessas comarcas e municípios circunvizinhos. A eficiência das unidades de pequenas obras, de elétrica, de refrigeração e de marcenaria quanto à resolução dos chamados abertos ficou em 84,15%.

As práticas desenvolvidas pelo TJPE estão de acordo com a Recomendação nº 11, do Conselho Nacional de Justiça, que aconselha a todos os órgãos do Judiciário do país que adotem políticas públicas visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Em paralelo, o TJPE promoveu eventos importantes de conscientização sobre o tema nesta gestão. Dentre os quais, a oitava e nova edição da Semana do Meio Ambiente, realizadas em maio de 2016 e junho de 2017, respectivamente, no Fórum Paula Baptista, localizado na Rua Doutor Moacir Baracho, bairro de Santo Antônio, no Centro do Recife.

Servidores do Tribunal e a população em geral puderam participar de atividades de conscientização da preservação do meio ambiente como oficinas de horta urbana e de pintura interativa, ações de descarte correto de resíduos sólidos, feiras de artesanato, produtos orgânicos

e de comida vegana, distribuição de mudas, exposição artística e mesas institucionais, além da premiação dos ganhadores do Concurso de Receitas Saudáveis.

Nos eventos, havia espaço destinado para a coleta de equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, que podiam ser doados por qualquer cidadão, fruto de uma parceria com o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) do Polo Marista. O objetivo foi oferecer um destino adequado para materiais eletroeletrônicos e periféricos já inutilizados como cabos de força, impressoras, filtros de linha, estabilizadores, notebooks, CPUs, por exemplo. O material arrecadado seguiu para projetos de inclusão sociodigital voltados para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Os servidores e magistrados puderam descartar, de forma adequada, por meio da coleta seletiva, resíduos como papel, papelão, livros inservíveis, pilhas e baterias, eletroeletrônicos, esponjas domésticas, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico, vidro, metal, medicamentos vencidos e óleo de cozinha. A ação foi efetuada pelo Comitê Ecos de Pernambuco, nos fóruns Paula Baptista e Rodolfo Aureliano.

Uma outra iniciativa adotada pela gestão que resultou na economia de gastos públicos na estrutura de prédios e promoção de sustentabilidade do Judiciário foi a implantação do Ensino à Distância (EaD) para servidores e magistrados, que teve início no dia 30 de janeiro de 2017. Os primeiros cursos oferecidos online foram relacionados à capacitação no uso do Processo Judicial eletrônico (PJe) e à Formação de Tutores à distância, entre janeiro e fevereiro. O acesso à plataforma Moodle se dá mediante a inserção de login e senha de rede. Cursos realizados mediante à plataforma podem ser usados para a progressão funcional. Outro objetivo da promoção do EaD

Por meio da coleta seletiva, servidores e magistrados puderam descartar resíduos como papel, papelão, livros, medicamentos vencidos e pilhas





Fiscalização contínua e cumprimento de metas superiores às do regime presencial fazem parte da rotina do teletrabalho

foi conseguir o alcance mais efetivo e produtivo das capacitações dos magistrados e servidores.

Com o mesmo objetivo de economia de custos, foi desenvolvido o regime de teletrabalho no TJ pernambucano. O sistema foi instituído a partir da Resolução 227/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde abril de 2016, 12 servidores atuam em regime parcial de trabalho e 41 na modalidade integral na Diretoria Cível do 1º Grau da Capital.

Além da economia de recursos para o Tribunal, o regime tem como objetivo aumentar a produtividade dos servidores. Com a não necessidade do servidor se deslocar até o fórum para efetivar suas funções, há a economia de tempo com deslocamento e aumento na motivação.

O trabalho remoto é disciplinado por normas internas de cada tribunal. Na Justiça pernambucana, o monitoramento das atividades é realizado por ferramentas desenvolvidas pela Diretoria Cível do 1º grau da Capital, baseando-se em relatórios disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic). Semanal e mensalmente, são avaliadas as informações, analisando-se o cumprimento das metas por cada servidor. As pessoas que estão na modalidade de teletrabalho parcial, têm uma produtividade acrescida em 10% da meta mensal dos que atuam de forma presencial, que é de 500 atos/mês; os que

atuam na modalidade integral de teletrabalho têm uma produtividade acrescida em 30%.

Para desempenhar suas atividades a distância, os servidores lotados na Diretoria Cível têm que passar pelos critérios estabelecidos na instrução normativa que rege o sistema. É necessário um treinamento de pelo menos três meses para o teletrabalho parcial, e uma capacitação de, no mínimo, seis meses para o integral. Após essa etapa, é feita uma avaliação, com análise de critérios objetivos e subjetivos que demonstram se o servidor está apto ou não ao novo regime.

A economia de gastos também foi estabelecida com a impressão de revistas, informativos e material para capacitação de servidores e magistrados por meio da implementação de medidas que visavam ao adequado funcionamento do Parque Gráfico da Escola Judicial (Esmape). Foram incorporados máquinas e equipamentos ao parque responsável pela produção de impressos, manuais, cartilhas, boletins, revistas, obras técnicas, jurídicas ou históricas e outras publicações. A produção editorial atende principalmente aos cursos de formação, capacitação e aprimoramento de servidores e magistrados e aos estudos e pesquisas de gestão estratégica, de memória judiciária e de desempenho qualificado da jurisdição, desenvolvidos pela Esmape e pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ).



Agilizar a tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida e priorizar Infância e Juventude



O lançamento da campanha de adoção aconteceu no Salão do Pleno com a presença de representantes do Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo

Durante a gestão, um marco na Infância e Juventude do Tribunal foi o lançamento da campanha Adote – Adotar é saber deixar alguém te amar – por meio de uma parceria entre o TJPE, a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, no Salão do Pleno, no Palácio da Justiça, em novembro de 2017. A iniciativa tem como objetivo estimular a adoção de crianças mais velhas e jovens e o apadrinhamento de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento.

A campanha foi exibida em vídeo no evento com depoimentos de pessoas que adotaram e também dos que apadrinharam crianças e adolescentes. O vídeo ressaltou as mudanças conquistadas na história de vida dos novos pais e padrinhos, acentuando o que representou o estabelecimento desses vínculos familiares e afetivos para eles. O foco da campanha sai do lugar comum, que é abordar a necessidade da criança de ser adotada, para o que o ato de adotar pode provocar no dia a dia dos novos pais. As peças da

Por meio dos projetos desenvolvidos pela Infância e Juventude, Pernambuco conquistou o quarto lugar no país na realização de adoções

campanha são veiculadas em TV, rádio, jornal impresso, mídias sociais, outdoors e outbus.

Por meio dos projetos desenvolvidos pela Infância e Juventude, Pernambuco conquistou o quarto lugar no país na realização de adoções, em 2016, segundo dados do Cadastro Nacional da Adoção (CNA). Do total de 1.226 crianças e adolescentes adotados no Brasil, por meio do CNA, 103 foram no Estado. Entre 2015 e 2016, o Estado teve um aumento de 73% no número de adoções tardias (crianças e adolescentes de 3 a 17 anos), passando de 38 para 66.

A multiplicidade de iniciativas que foram implementadas por diversas varas, além das ações promovidas por grupos de apoio à adoção fizeram a diferença. O Estado promoveu projetos que deram mais visibilidade às crianças que vivem nos abrigos, desenvolveu programas que contribuíram para acelerar o trâmite processual para adoção de crianças e adolescentes que estão em instituições de acolhimento e intensificou a propagação de informações que desmistificam a adoção de crianças mais velhas.

A maior visibilidade de crianças que vivem em instituições de acolhimento foi uma das principais iniciativas desenvolvidas para a conquista da adoção de crianças mais velhas por meio da implementação do Projeto Família: Um direito de toda criança e adolescente. A ação viabiliza a busca ativa de crianças e adolescentes sem pretendentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Desde 2014, o TJPE, através de resolução, estabeleceu o prazo de 30 dias para



Por meio dos projetos desenvolvidos pela Infância e Juventude, Pernambuco conquistou o quarto lugar no país na realização de adoções, em 2016

os juízes, a partir da inserção da criança ou do adolescente no CNA, concluírem a busca de pretendentes para, em caso negativo, encaminharem a documentação necessária para a Comissão Estadual Judiciária de Pernambuco (Ceja) realizar a busca ativa. Com essa proposta, a Comissão instalou, em novembro de 2016, a ferramenta Busca Ativa no site do TJPE, que contém a lista das crianças e dos adolescentes inclusos no projeto e que, portanto, já são consideradas como possíveis adoções tardias. A listagem é atualizada mensalmente pela equipe técnica da Ceja. A Comissão também possui um perfil no Facebook para a divulgação da mesma listagem do Busca Ativa. Até o momento, por meio da divulgação das crianças nas mídias sociais foram adotados 17 crianças e adolescentes.

O destaque da Infância e Juventude foi também na expansão da iniciativa do apadrinhamento de crianças e adolescentes. O programa

O destaque da Infância e Juventude foi também na expansão da iniciativa do apadrinhamento de crianças e adolescentes

Pernambuco que Acolhe foi criado, em julho de 2016, com o objetivo de incentivar o apadrinhamento de meninas e meninos que vivem em instituições de acolhimento em todo o Estado. O programa funciona nas comarcas de Pernambuco que não contam com uma ação de apadrinhamento específica para crianças e adolescentes acolhidos em instituições.

A ação prevê três modalidades de apadrinhamento: o afetivo, o provedor e o profissional. O afetivo busca criar vínculos além da instituição, com o compromisso de acompanhar o desenvolvimento do afilhado por meio de visitas, passeios nos fins de semana ou comemorações especiais. O provedor é destinado a custear a qualificação pessoal e profissional dos acolhidos, com escolas, cursos profissionalizantes e práticas de esportes, e pode também ser direcionado a patrocinar melhorias nas condições das instituições. Já o profissional vai atender necessidades institucionais de crianças

e adolescentes, por meio da promoção de cursos ou serviços pelo padrinho de acordo com a sua área de trabalho. Poderá ser escolhida mais de uma modalidade de apadrinhamento.

Em 2016, foram concretizados 21 apadrinhamentos, sendo 13 afetivos, dois profissionais e seis provedores. No ano de 2017, foram realizados 20 apadrinhamentos, sendo 16 afetivos, um profissional e três provedores. Ao todo, nesta gestão, houve o apadrinhamento de 41 crianças e adolescentes por meio da iniciativa.

Para se cadastrar, o padrinho ou madrinha deve preencher a ficha de inscrição online, no site do TJPE informando seus dados pessoais

os requerentes pela equipe interprofissional da Ceja/PE ou do Juízo referente ao processo da criança ou adolescente a ser apadrinhado. Caso seja necessário, essa equipe poderá, ainda, solicitar documentação complementar e/ou agendar estudo psicossocial e pedagógico na residência dos padrinhos afetivos.

Pelas ações desenvolvidas, a Infância e Juventude foi destaque em pioneirismo neste biênio. Em 2016, o setor teve nove projetos selecionados para concorrer ao 13º Prêmio Innovare. Promovido pelo Instituto Innovare, o Prêmio classifica práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e privados de todo o país, que estejam melhorando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça brasileira.

As iniciativas classificadas do setor, em 2016, foram: Programa Acolher; Projeto Adoção e Cidadania na Escola; Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada; Projeto Família: Um direito de toda criança e adolescente; Projeto Conhecer Virtual, na categoria Tribunal de Justiça; Projeto Adote um Pequeno Torcedor da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital;

Programa Educar para Valer da Vara da Infância e Juventude de Vitória de Santo Antão; as Olimpíadas Criança Cidadã da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição; e Articulando Saberes da 2ª Vara Cível de Pesqueira, na categoria juiz.

Em 2017, a Infância e Juventude teve dois projetos escolhidos para concorrer à 14ª edição



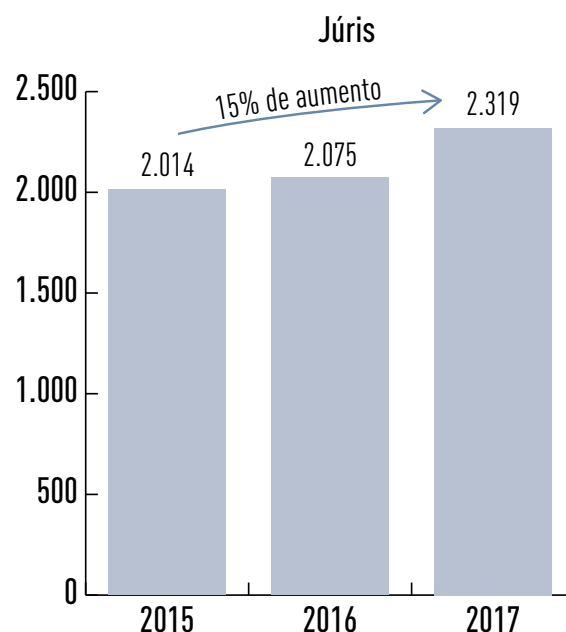
Oficina integra padrinhos do Programa Pernambuco que Acolhe

ou empresariais, sua localidade e o tipo de apadrinhamento desejado. Após o preenchimento, a Ceja/PE entra em contato informando o local (comarca), a data e o horário em que ele deverá se apresentar com o restante da documentação necessária para a realização da entrevista. No caso dos apadrinhamentos afetivo e profissional, é feito um estudo psicossocial e pedagógico com

do Prêmio Innovare. Um foi o Conviver: boas práticas do TJPE para a garantia e defesa da convivência familiar e comunitária às crianças e aos adolescentes, que reúne sete projetos. São eles: Acolher; Conhecer Virtual; Adoção e Cidadania na Escola; Projeto Família; Sei quem sou; Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada; e o Pernambuco que Acolhe. O outro projeto classificado foi Portas Abertas, da Vara Regional da Infância e Juventude de Petrolina, elaborado pelo magistrado Marco Franco Bacelar, que concorreu na categoria juiz.

Além da Infância e Juventude, a Vara de Execução de Penas Alternativas contou com um projeto selecionado para concorrer ao Innovare em 2017. O projeto Diálogo e restauração nas alternativas penais: o modelo de gestão de penas restritivas de direito, de autoria da coordenadora do Centro de Acompanhamento a Penas e medidas Alternativas (Capema/Vepa/TJ) foi o escolhido. O projeto inclui ciclos de encontros restaurativos de acolhimento que valem como pena alternativa.

O combate aos crimes contra a vida também foi destaque no TJPE. O Tribunal participou de duas edições do Mês Nacional do Júri, nos anos de 2016 e 2017. A iniciativa é dos órgãos integrantes da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público e Ministério da Justiça, com o apoio dos tribunais.



Em 2017, 2.319 julgamentos de réus em processos de crimes dolosos contra a vida haviam sido presididos por juízes integrantes do TJPE



Presidente uniu representantes de várias entidades com o objetivo de promover um esforço concentrado para otimizar a realização de julgamentos relacionados a crimes dolosos contra a vida

Os dados apresentados pelo TJPE foram, inclusive, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante a primeira edição do Mês Nacional do Júri, em novembro de 2016.

De acordo com a instituição, o TJPE foi o órgão judiciário que mais realizou júris em todo o Brasil. Naquele ano, dos 2.980 júris realizados no Brasil através da mobilização, 558 ocorreram em solo pernambucano. Ou seja, 18,7% dos julgamentos de crimes contra vida, entre todos os estados do país, aconteceram aqui. Os júris ocorreram em 133 unidades judiciárias. Na ação, o número de condenações foi de 341, enquanto as absolvições somaram 282.

Dentre as medidas adotadas para a melhoria na prestação de serviços à sociedade e a plena realização dos julgamentos, o TJ de Pernambuco instituiu regime especial na Vara do Tribunal do Júri de Petrolina; prorrogou esforço concentrado em Caruaru e instaurou a mesma medida em

De acordo com o CNJ, o Tribunal de Justiça foi o órgão judiciário que mais julgou em todo o Brasil, no Mês Nacional do Júri, em 2016

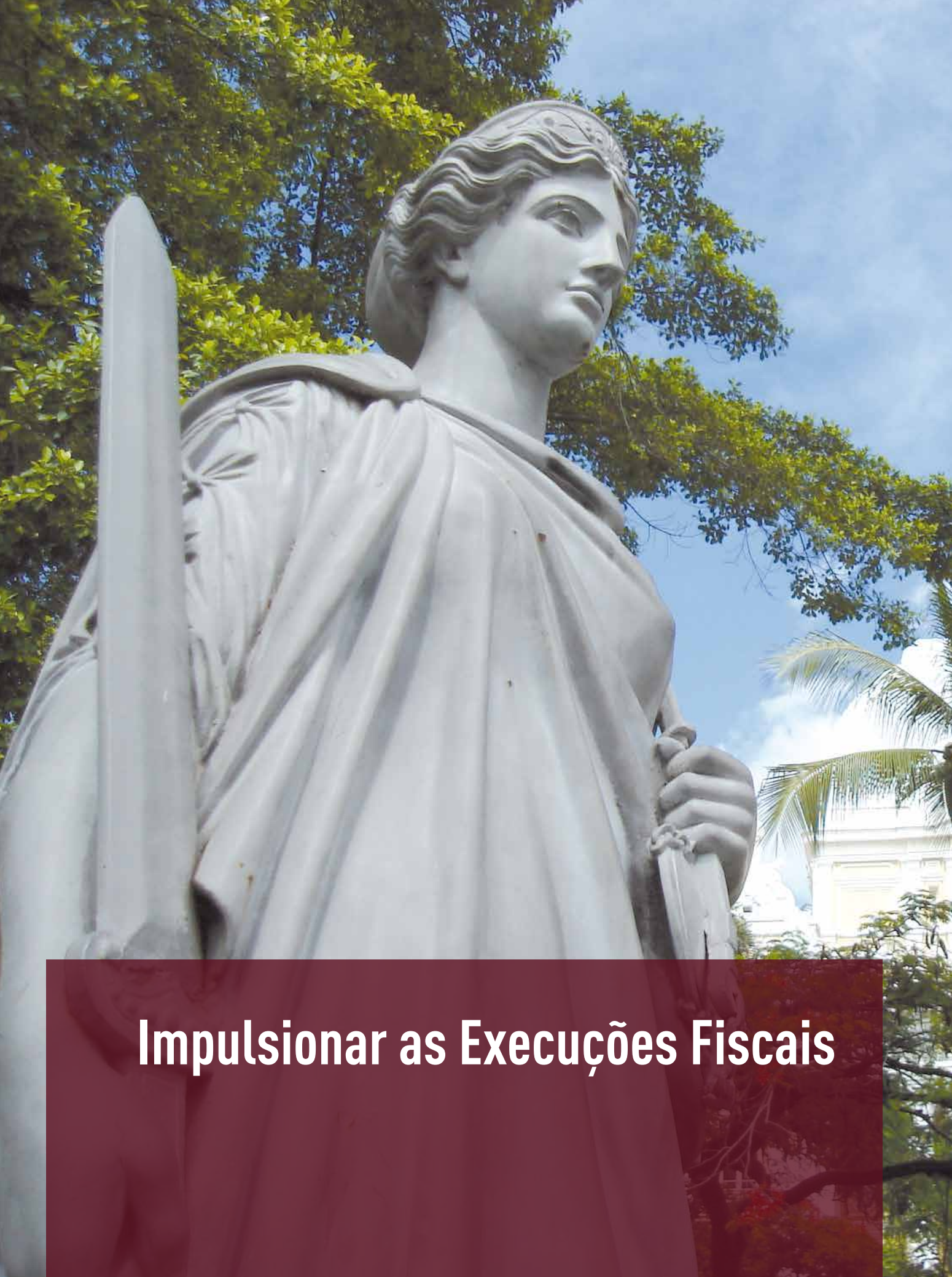
Jaboatão dos Guararapes; criou grupos de trabalho para agilização processual; e celebrou convênios de cooperação técnica.

Em 2017, em um esforço a mais para a realização de julgamentos, o Tribunal desdobrou o Mês Nacional do Júri em cinco quinzenas, abrangendo os meses de outubro, novembro e primeira quinzena de dezembro por solicitação do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ao todo, foram julgados 371 de processos relativos a crimes dolosos contra a vida. No total, nesse período de mobilização no Estado, 228 pessoas foram condenadas e 163 absolvidas pelos jurados.

Ainda dentro de um esforço concentrado realizado entre 2 de outubro e 13 de dezembro, 811 júris foram presididos pelos juízes no Estado. No acumulado do ano, exatas 2.319 sessões do júri aconteceram em Pernambuco.

O montante supera os julgamentos ocorridos nos últimos anos: 2.075, em 2016; e 2.014, em 2015, com um aumento de 15% em dois anos.

Para a realização dos júris em 2017, em parceria com a Escola Judicial, houve a designação de dez juízes recém nomeados para atuação no esforço concentrado do Mês Nacional do Júri. A iniciativa contou com o esforço de magistrados em suas respectivas unidades para agilizar os processos. Merece especial destaque o esforço dos magistrados para a realização dos júris, apoiados pela Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco.



Impulsionar as Execuções Fiscais



Núcleo de Negociação Permanente realiza mutirões periódicos na Vara de Executivos Fiscais da Capital

Neste biênio, o Tribunal de Justiça de Pernambuco expandiu a implantação do Programa de Governança Diferenciada para mais oito Varas de Executivos Fiscais no Estado. Instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça, em 2015, o programa de Governança tem por objetivo promover a recuperação de créditos públicos, por meio de Lei Municipal específica, que define os créditos de negociação das dívidas, como redução de multas e juros, parcelamento do pagamento e realização de audiências de conciliação em casos de débitos em fase

judicial. A iniciativa preconiza a adoção de procedimentos de trabalho padronizados no intuito de estimular a regularização fiscal. Com isso, pretende-se também efetivar a diminuição da taxa de congestionamento nas unidades do Judiciário pernambucano.

A iniciativa preconiza a adoção de procedimentos de trabalho padronizados no intuito de estimular a regularização fiscal

Para expandir o programa no Estado, foi criado o comitê Gestor da Estraté-

gia Diferenciada para Execuções Fiscais, pela Portaria nº 52/2016, em 5 de outubro de 2016. O grupo selecionou as unidades participantes da iniciativa de acordo com os critérios de quantidade de processos na unidade judiciária e valor total de créditos a serem recuperados. Foram selecionadas: Vara da Fazenda Pública do Cabo de Santo Agostinho; 1ª Vara Cível de Gravatá; 2ª Vara Cível de Gravatá; Vara da Fazenda Pública de Ipojuca; Vara dos Executivos Fiscais de Jaboatão dos Guararapes; 1ª Vara de Executivos Fiscais Estadual; 2ª Vara de

Executivos Fiscais Estadual, e Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital, que já estava no Programa.

No ano de 2016, nas oito unidades que aderiram ao programa, foram distribuídos 118.940 processos; sentenciados 111.560; promovidos 86.813 despachos e decisões e realizados 2.344.831 atos de secretaria. Já em 2017, foram 105.604 processos distribuídos; sentenciados 42.387; realizados 185.548 despachos e decisões e promovidos 1.264.440 atos de secretaria nessas unidades.

As atividades desenvolvidas foram fundamentais, também, para o cumprimento da Meta 5 do CNJ, que determina política pública visando à desjudicialização e ao enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal. Em 2016, foram arquivados 132.994 processos e, em 2017, houve o arquivamento de 56.130 processos. Em dois anos, a quantidade de processos arquivados nas oito Varas foi de 189.124 processos, enquanto as novas ações distribuídas somaram 225.997 processos.

A Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital foi a primeira que aderiu ao Programa de Governança Diferenciada de Executi-

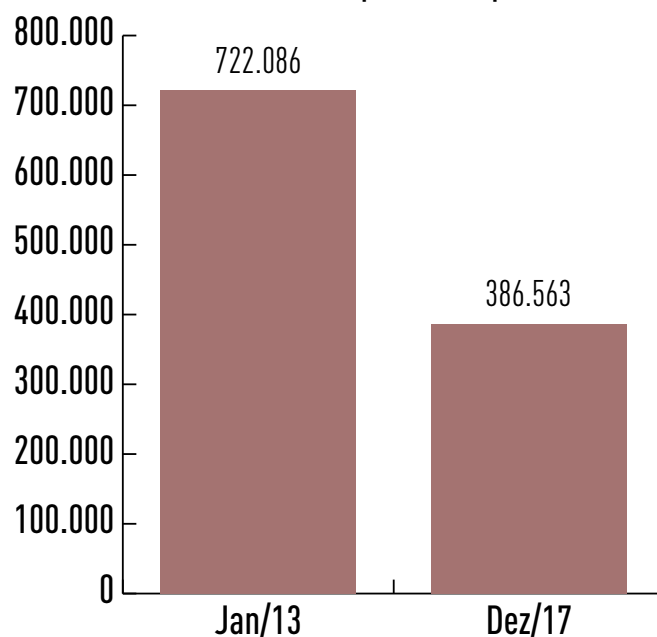
vos Fiscais, em dezembro de 2015. A execução da iniciativa ocorreu logo após a unificação das duas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital por meio da Lei Complementar 310, de 9 de dezembro de 2015. A unidade funciona, desde janeiro de 2016, no térreo do Edifício Riomar Trade Center 3, na avenida República do Líbano, 251, bairro do Pina, no Recife. A estratégia contribuiu sobremaneira para

Em dois anos, a quantidade de processos arquivados nas oito Varas foi de 189.124 processos, enquanto as novas ações distribuídas somaram 225.997 processos

a redução acentuada do acervo processual, a recuperação de créditos públicos e para a implementação de uma gestão Judiciária focada em resultados. Percebeu-se, com isso, um maior exercício de cidadania, uma maior eficiência na gestão dos processos judiciais e, fundamentalmente, um incremento nas receitas públicas.

Nesta gestão, cerca de 124 mil sentenças foram proferidas e mais de 105 mil processos foram despachados na Vara de Executivos Fiscais da Capital. Nesse período, foram realizados três mutirões de conciliação, nos meses de agosto e outubro de 2016 e maio de 2017. No total, cerca de 3,4 milhões de reais foram nego-

Acervo da Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital



ciados em débitos fiscais com a Fazenda Municipal do Recife, em 558 processos que obtiveram sucesso na conciliação. Após as medidas implementadas, a Unidade conseguiu reduzir o acervo quase pela metade: saindo de 722.086 processos, em janeiro de 2013, para 386.563 ações, em dezembro de 2017.

A partir da implantação do Programa na Unidade, por meio do sistema BacenJud, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, foi determinado o bloqueio de, aproximadamente, R\$25 milhões de entes devedores. O número de

restrições judiciais de veículos realizadas através do Renajud – sistema online que conecta o Judiciário com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) – totalizou 1.167. Um Núcleo de Negociação Permanente realiza mutirões periódicos para intermediar possíveis acordos, e com isso acelerar o andamento processual, além de diminuir o acervo da Vara. Com dez guichês para atendimento ao público, o intuito é realizar audiências prévias dos processos, para tentativa de negociação entre as partes. A atividade integra a Política de Priorização do 1º Grau do TJPE.

Nesta gestão, cerca de 124 mil sentenças foram proferidas e mais de 105 mil processos foram despachados na Vara de Executivos Fiscais da Capital



A Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital foi a primeira que aderiu ao Programa de Governança Diferenciada de Executivos Fiscais



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco